



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

LUCAS SALES DE SANTIAGO COELHO DE SÁ

**O PAPEL DO EMPREENDEDOR NA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: A PROMOÇÃO TECNOLÓGICA NO CASO DA *TENCENT* NA ÍNDIA**

JOÃO PESSOA

2022

LUCAS SALES DE SANTIAGO COELHO DE SÁ

**O PAPEL DO EMPREENDEDOR NA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: A PROMOÇÃO TECNOLÓGICA NO CASO DA *TENCENT* NA ÍNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais pela Universidade
Federal da Paraíba.

Orientadora: Professora Dr. Elia Elisa Cia
Alves

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S111p Sá, Lucas Sales de Santiago Coêlho de.

O papel do empreendedor na análise da política externa chinesa: a promoção tecnológica no caso da Tencent na Índia / Lucas Sales de Santiago Coêlho de Sá. - João Pessoa, 2022.

53 f. : il.

Orientação: Elia Elisa Cia Alves.

TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Política Externa. 2. Empreendedorismo. 3. Diplomacia. 4. China. 5. Índia. 6. Tencent. I. Alves, Elia Elisa Cia. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

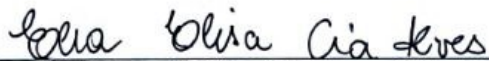
LUCAS SALES DE SANTIAGO COELHO DE SÁ

**O PAPEL DO EMPREENDEDOR NA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA
CHINESA: A PROMOÇÃO TECNOLÓGICA NO CASO DA TENCENT NA ÍNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais do Centro
de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
como requisito parcial para obtenção do grau
de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado(a) em, 13 de Junho de 22

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Elia Elisa Cia Alves – (Orientadora)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Prof. Dr. Renan Holanda Montenegro
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

AGRADECIMENTOS

Meu primeiro agradecimento, sem dúvidas é para minha Mãe, Sara. Mesmo com muito receio e medo de ter de deixar seu filho sozinho em outro estado, sempre me apoiou nos meus estudos tanto de forma emocional quanto financeira com a ajuda do meu pai. Sem meus pais não teria sido possível estar escrevendo este trabalho hoje e ter tido oportunidade de estudar na UFPB. Obrigado pela confiança que me deram, espero que tudo fique bem quando eu tiver que retornar.

Também não posso deixar de agradecer aos meus amigos que me acompanharam nessa luta até o final do curso, com ajuda e apoio mútuo tanto nos assuntos da universidade quanto pessoais também. Meus agradecimentos são para Bruno, Marina, Ísis, Malu, Milena e Isadora, talvez eu não tivesse chegado tão longe no curso sem vocês. Tive experiências ótimas com cada um de vocês, como a entrada na Líderi e seu processo seletivo que deixou eu, Bruno e Ísis doidos, com a Marina sendo um anjo e tendo que cuidar da minha gatinha sempre que eu viajava, Malu me salvando com uma carona e Milena e Isadora com ótimas histórias para contar. Assim como também devo agradecer ao meu amorzinho, Eduardo, que mesmo tão longe de mim sempre está tão perto, me fazendo mais feliz e amado, me apoiando e me fazendo companhia quando eu preciso. Espero que depois de tudo eu consiga te ver mais vezes.

Ao final, é de suma importância, o meu agradecimento aos professores, como também aos funcionários do Curso de Relações Internacionais da UFPB, por terem contribuído para minha formação acadêmica (e espero que profissional também) sempre fornecendo material de estudo, atenção e aulas maravilhosas. Devo dar um agradecimento mais que especial para minha orientadora, a professora Elia que além de ser a minha preferida do departamento aceitou me orientar e me dar dicas muito valiosas para que eu concluísse minha graduação, nunca vou esquecer das suas aulas e de seu auxílio.

RESUMO

O presente trabalho possui como objetivo analisar o papel do empresário chinês na política externa da China, a partir do caso da gigante chinesa *Tencent*, a qual atua no mercado tecnológico emergente da Índia. Desde 2014, houve um crescimento dos investimentos chineses na Índia em áreas variadas, que vão desde serviços locais, educação e saúde até e-commerce, entretenimento e jogos digitais. A política chinesa de *Going Out* foi um importante propulsor deste aumento do comércio de serviços entre a China e a Índia, ao propor um peso crescente nas relações comerciais na formulação da política externa chinesa. Nesse sentido, a partir de elementos teórico-conceituais das abordagens sobre Empreendedorismo Político e Diplomacia corporativa, focando o caso da empresa *Tencent*, uma gigante chinesa que atua no mercado tecnológico emergente da Índia, buscou-se compreender o papel do empresário chinês na política externa da China e sua atuação no sentido de desenvolver um domínio digital da China na região e gerando um avanço significativo da cooperação entre os dois países.

Palavras chaves: Empreendedorismo, Política Externa, China, Índia, Empreendedorismo Político, Diplomacia Corporativa, *Tencent*

ABSTRACT

The present work aims to analyze the role of the Chinese entrepreneur in China's foreign policy, based on the case of the Chinese giant *Tencent*, which operates in the emerging technological market in India. Since 2014, there has been a growth in Chinese investments in India in areas ranging from local services, education and healthcare to e-commerce, entertainment and digital games. The Chinese policy of Going Out was an important driver of this increase in trade in services between China and India, by proposing an increasing weight in trade relations in the formulation of Chinese foreign policy. In this sense, based on theoretical-conceptual elements of approaches to Political Entrepreneurship and Corporate Diplomacy, focusing on the case of *Tencent*, a Chinese giant that operates in the emerging technological market in India, we sought to understand the role of Chinese entrepreneurs in foreign policy of China and its performance in the sense of developing a digital domain of China in the region and generating a significant advance in the cooperation between the two countries.

Keywords: Entrepreneurship, Foreign Policy, China, India, Policy Entrepreneurship, Corporate Diplomacy, *Tencent*.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APE: Análise de Política Externa

CBIC: Central Board of Indirect Taxes & Customs

CNDR: Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma

CNPC: China National Petroleum Corporation

CPEC: Corredor Econômico China-Paquistão

ELP: Exército de Libertação Popular

FMI: Fundo Monetário Internacional

IA: Inteligência Artificial

IED: Investimento Externo Direto

MFA: Ministério das Relações Exteriores

MOFCOM: Ministry of Commerce China

OEC: Observatório da Complexidade Econômica

ONG: Organização Não-Governamental

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PCC: Partido Comunista da China

PSC: Comitê Permanente do Politburo

RCA: Índice Comparativo Revelado

RI: Relações Internacionais:

RMB: Renminbi

SOE: State-owned enterprises of China

US\$: Dólares Estadounidenses

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA ATRAVÉS DOS OLHARES DA DIPLOMACIA CORPORATIVA E DO EMPRESÁRIO POLÍTICO	15
2.1 Diplomacia Corporativa	18
2.2. Empreendedorismo Político	22
3 A DIPLOMACIA CORPORATIVA DA CHINA PARA A ÍNDIA E O PAPEL DO EMPRESÁRIO CHINÊS	25
3.1 Análise da Política Externa Chinesa e o papel do empresário	26
3.2 Relações Bilaterais Econômicas China-Índia	33
4. ESTUDO DE CASO: O EMPREENDEDORISMO DA TENCENT EM RELAÇÃO AOS DESEJOS NACIONAIS CHINESES.	38
4.1 O Caso da Empresa Tencent na Índia	39
4.2 A figura do empreendedor na APE Chinesa: Xi Jinping e Ma Huateng	42
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	51

1 INTRODUÇÃO

A China passou por uma abertura econômica em 1978 a partir de Deng Xiaoping, que foi o responsável por transformar a economia agrária majoritária da China em potencialmente industrial, mantendo a centralização da economia chinesa ao mesmo tempo em que promovia a abertura da economia local para a iniciativa privada. Deng permitiu que os agricultores voltassem a ser donos de suas terras, melhorando assim a produtividade agrícola do país, o que gerou acúmulo dos camponeses e assim foi desenvolvido um mercado de bens industrializados, criando assim as primeiras empresas locais de capital privado. Um pouco mais a frente nessa linha do tempo, Deng criou uma política de repatriamento dos imigrantes chineses que haviam saído do país para estudar e empreender, esses seriam os criadores de uma nova elite econômica e intelectual que viriam a fundar algumas das gigantes da internet chinesa do século 21 (CORACCINI, 2019).

Desde 1970, a China retomou um processo de se aproximar da comunidade internacional, tornando-se uma das maiores potências mundiais e caminhando para se tornar a maior economia do mundo. Por isso, com a onda crescente de seu poder, o país tem se destacado nos seus assuntos externos, incluindo seus objetivos de política externa e comportamento. O ano de 2010 foi marcado como aquele em que o país deixou de aparecer apenas entre os maiores receptores de investimentos externos, passando a configurar como também importante emissor, posicionando-se entre os 5 maiores credores líquidos mundial (UNCTAD, 2018), com lucro representado pelo investimento estrangeiro direto estimado em cerca de 6% a 8% (APEX-BRASIL, 2018). Com sua economia em expansão, a China domina diversos setores do mercado mundial, inclusive no setor de eletrônicos e telecomunicações, o que a torna a maior economia de exportação do mundo (Observatório da Complexidade Econômica, OEC, 2017).

Com o crescimento dos investimentos chineses na Índia, desde 2014, as empresas chinesas se destacaram como grandes *players* do mercado internacional, em áreas variadas, desde serviços como, educação e saúde até *e-commerce*, entretenimento e jogos digitais. Até 2014, o total do investimento líquido chinês na Índia era de US \$1,6 bilhão, de acordo com o Ministério do Comércio da China (MOFCOM, 2014), a maior parte, na área de infraestrutura, envolvendo grandes empresas estatais. Porém, nos três anos seguintes, o investimento total chegou a quintuplicar, para cerca de US \$8 bilhões.

China e Índia são economias do conhecimento¹ com duas abordagens diferentes quanto à promoção estatal da inovação. Nesse sentido, essa relação bilateral carrega uma batalha que envolve o setor de Inovação, Pesquisa e Desenvolvimento. As regulamentações governamentais chinesas e indianas são vantagens importantes que facilitam a entrada de *startups* de alta tecnologia em seus mercados, tornando suas empresas atraentes para os investidores. Na Índia, mais especificamente na cidade de Bangalore, existe o maior centro de empresas multinacionais de alta tecnologia (incluindo *startups* chinesas), devido à implantação de incubadoras que têm promovido o empreendedorismo no país.

Esse processo influenciou as relações entre os dois países, sinalizando um movimento chinês de longo prazo na Índia e, conseqüentemente, maior participação no mercado indiano. No que tange ao nicho de mercado, Athwal (2008)² observou que a China teria uma vantagem comparativa em serviços de viagens, enquanto a Índia teria em outros serviços, incluindo a exportação de software e outros serviços habilitados por tecnologia da informação. De acordo com dados do TradeMap, em termos absolutos, as exportações e importações de serviços da China superaram as da Índia e estão aumentando (BUENO, 2022).

Além da questão técnica, outro impulsionador do aumento do comércio de serviços entre a China e a Índia é o peso crescente das considerações comerciais na formulação da política externa chinesa. Desde o final da década de 1970, a China construiu sua estratégia de modernização econômica a partir da consideração do investimento direto estrangeiro como um facilitador de formação de capital doméstico, além disso, o país trabalhou para a reforma do mercado e o avanço tecnológico. Isso é acompanhado da saída de capital excedente destinado a aprofundar o acesso a mercados estrangeiros, recursos naturais e tecnologia avançada, trazendo crescimento e estabilização adicional.

“Assim, em 2001 a China aderiu à Organização Mundial do Comércio (OMC), e sua estratégia de “Sair da China” foi consolidada e formalizada como uma das “Quatro Modernizações” da China, ou objetivos primários de desenvolvimento econômico. As empresas chinesas foram encorajadas a fortalecer sua competitividade internacional, valendo-se de seus direitos de entrar nos mercados da OMC, aos quais a adesão lhes dava direito, e para os quais Pequim havia se comprometido com várias concessões importantes de abertura de mercado doméstico. As embaixadas e consulados chineses no exterior foram orientados a reforçar seus serviços comerciais para ajudar as empresas chinesas a navegar em investimentos estrangeiros desconhecidos e ambientes legais, e ajudá-los a entender suas próprias vantagens e desvantagens no exterior” (NASH, 2012).

¹ A Economia do conhecimento é o uso do conhecimento para gerar valores, como por exemplo, o investimento do Estado nos campos de educação e tecnologia de forma a gerar valor econômico e desenvolvimento.

² O autor calculou os Índices Comparativos Revelados (RCAs) em três amplos setores de serviços: transporte, viagens e outros serviços, com base nas Estatísticas de Balanço de Pagamentos do FMI.

Nos primeiros dez anos da política *Going Out* do início dos anos 2000, as empresas chinesas investiram US \$178 bilhões no exterior, refletindo a atuação de novos atores do governo chinês, tais quais o Ministério do Comércio e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR), o principal órgão de planejamento no país (KRISHNAN, 2020). Ambas as agências nos últimos anos conseguiram colocar seus funcionários em muitas das embaixadas da China no exterior.

Com o fortalecimento das relações comerciais e de investimento entre os dois países, a Índia passou a lidar com governos provinciais que surgiram como importantes grupos de interesse na formação da diplomacia da China com a Índia e com expoentes do setor privado chinês. Apenas no comércio com a Índia, três províncias chinesas sozinhas foram responsáveis por mais da metade do comércio bilateral total de US\$ 84,4 bilhões em 2017 — Guangdong (US\$ 21,05 bilhões), Jiangsu (US\$ 13,91 bilhões) e Zhejiang (US\$ 12,32 bilhões). Certas províncias também foram encarregadas de atividades diplomáticas voltadas para regiões específicas. Por exemplo, Yunnan é o centro das atividades de divulgação e feiras comerciais da China no Sul da Ásia, enquanto Guangxi desempenha um papel semelhante no Sudeste Asiático (KRISHNAN, 2020). Ao observar o histórico de empresários chineses como Ma Huateng, CEO da *Tencent*, nota-se sua influência política, projetada a partir de sua posição estratégica em uma empresa que domina operações em mais de 600 empresas do setor digital que vendem seus serviços e produtos ao redor de todo mundo, líder de mercado na Índia, o segundo maior para a internet do globo terrestre.

Nesse contexto, a presente pesquisa busca responder a seguinte questão: Qual o papel do empresário chinês na política externa da China? Para investigar esse fenômeno, a presente pesquisa irá focar o caso da empresa *Tencent*, uma gigante chinesa que atua no mercado tecnológico emergente da Índia e tem uma importante expressão nas relações bilaterais desses países.

A presente pesquisa justifica-se por duas questões principais. Do ponto de vista acadêmico, identificou-se, na literatura, a existência de muitos estudos sobre análise de política externa da China através do Estado (Holanda, 2019; Pecequilo, 2015). Entretanto, até onde foi possível observar, há, na literatura, um número relativamente menor de trabalhos que analisam a política externa chinesa por uma ótica analítica em um nível individual. Do ponto de vista substantivo, a China e Índia são dois países que estão em uma industrialização rápida e são potências em ascensão na política internacional, além dividirem fronteira, eles também são Estados que emergiram como estados modernos, ao mesmo tempo que possuem uma antiga herança de dominação com a Grã-Bretanha (como por exemplo, a Guerra do Ópio

e a Rebelião Indiana). Deixando o passado de lado, esses países ganharam maior projeção e destaque no cenário mundial, o que torna interessante analisar as relações entre esses dois grandes países asiáticos.

Com isso, o objetivo deste trabalho é analisar a política externa chinesa através do papel do empresário chinês no contexto do investimento externo chinês na Índia. Para melhor compreensão do funcionamento da política externa chinesa, é necessário investigar como ela está orientada (fatos), por que isso acontece (causas) e como funciona (meios) a tomada de decisões. Sem compreender a dinâmica mais ampla da política externa por trás da política da China, não é possível compreender sua política geral ou seu comportamento em casos específicos, seja em relação à Rússia, Europa, Sudeste Asiático ou como ela lida com os eventos na Ucrânia ou na Síria (WEISSMANN, 2015).

Dentre os objetivos específicos, busca-se organizar os conceitos teóricos de análise de política externa (APE), relacionando-a com conceitos dessa abordagem no que tange à diplomacia privada, diferenciando-a de conceitos de empreendedorismo político. Além disso, também busca-se identificar as dimensões analíticas desse processo na ótica do investimento externo direto chinês e, finalmente, observar o fenômeno à luz do caso específico da gigante tech chinesa *Tencent* no setor de serviços da Índia.

A metodologia empregada neste trabalho é de caráter qualitativo e compreende o estudo de um caso de atuação empresarial na política externa chinesa para a Índia, a saber: a empresa *Tencent* no setor de serviços do país indiano. A coleta de dados sobre investimento externo da China para a Índia foi feita através do site do World Bank Group, o qual fornece informações sobre investimento estrangeiro direto e entradas líquidas da China, através do Fundo Monetário Internacional, base de dados da Balança de Pagamentos, complementada por dados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento e fontes nacionais oficiais (como por exemplo, o Ministério do Comércio da China).

Em relação ao caso específico da *Tencent*, as informações de investimento externo foram coletadas através de dados do MOFCOM, informações publicamente disponíveis da *Tencent*, e também de outras empresas chinesas e relatórios da imprensa. A análise dos dados de Investimento Externo Direto será descritiva, buscando investigar o volume de negócios do setor de serviços nesse tipo de relação entre os países. No caso específico, será realizada uma análise do conteúdo de relatórios da empresa *Tencent* sobre os seus principais investimentos na Índia nos setores digitais, como E-commerce, Jogos e Entretenimento, montando um quadro comparativo com outros fundos internacionais.

Após analisar os dados, para cumprir os objetivos, foi realizada a identificação dos elementos teórico-analíticos sobre a análise de política externa Chinesa, a partir da literatura de *international policy entrepreneurship*, com foco para o papel do empreendedor nesse processo (nível analítico individual). Cumprindo o outro objetivo específico, elaborar um panorama das relações bilaterais entre China e Índia na esfera dos investimentos externos diretos da China para a Índia e o papel do empresariado nesse processo, de forma a analisar a influência do IED da chinesa *Tencent* no setor de serviços indiano e o papel do empresário chinês na política externa da China, nesse caso específico.

Nesse sentido, esse trabalho está organizado da seguinte maneira. Além dessa introdução, o capítulo 2 traz o marco teórico, com uma análise de política externa através dos olhares da diplomacia corporativa e do empresário político, apresentando conceitos e definições dos dois termos apresentados. A seguir, apresento a seção 2.1 e o conceito de diplomacia corporativa, assim como a 2.2 apresentando o conceito de empreendedorismo político. No capítulo 3, apresento a diplomacia corporativa da China para a Índia e o papel do empresário chinês com o caso dos investimentos da *Tencent* na Índia e sua contribuição para os objetivos do Estado chinês tanto na área doméstica quanto em relação ao seu investimento externo.

2 A ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA ATRAVÉS DOS OLHARES DA DIPLOMACIA CORPORATIVA E DO EMPRESÁRIO POLÍTICO

As Relações Internacionais possuem como fundamento a compreensão de como os humanos e o mundo ao seu redor se moldam entre si, assim como as outras Ciências Sociais (FERREIRA, 2020). Geralmente, os acontecimentos que ocorrem entre as nações está fundamentado em tomadores de decisões representando instituições agindo entre si. O sistema internacional é composto por diversos atores que interagem entre si, sendo o principal ator desse sistema, o Estado, que age de acordo com seus objetivos - podendo estes - terem diversos motivos como sobrevivência, expansão de seu território, a paz entre Estados, entre outros (FERREIRA, 2020). Com esses objetivos, os Estados passam a operar políticas frente a outros atores do sistema em busca da realização desses. E a partir dessas políticas, podemos estudar o comportamento dos Estados e de outros atores no Sistema Internacional, através da análise da política externa desses atores.

Assim, o presente capítulo está organizado da seguinte maneira: a primeira parte explica o que é uma Política Externa, seus objetos de estudo e atores. Na sequência, há uma discussão diferenciando os elementos teórico-conceituais desse tipo de abordagem com as matrizes teóricas *mainstream* das Relações Internacionais, a saber, o liberalismo, realismo e construtivismo.

A Política Externa consiste em uma estratégia, ou abordagem escolhida por um governo nacional para alcançar seus objetivos em suas relações com entidades externas, incluindo tanto ações, quanto inações e indecisões (HUDSON, 1958). Além disso, a Política Externa também é considerada uma política pública, só que de forma internacional, ou seja, fora do poder apenas do Estado, agrupando assim diversos tipos de contatos, tanto com governadores quanto com outros atores que estejam fora de sua área.

“A política externa é uma política pública, embora com uma especificidade que a diferencia do resto das políticas públicas: o fato de ser implementada fora das fronteiras estatais, o que pode levar a uma distância considerável entre objetivos e resultados. Por sua condição de política pública, cabe distinguir a política externa da mera “ação externa”, um conceito mais amplo que inclui todo tipo de contatos, planejados ou não, de um governo com outro ator fora de suas fronteiras. Por sua vez, entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos” (SALOMÓN & PINHEIRO, 2013, p.41).

Com isso, a Análise de Política Externa (APE) é entendida como um subcampo das Relações Internacionais que busca explicar a política externa, assim como o comportamento

da política externa, de acordo com os fundamentos teóricos dos tomadores de decisões que agem tanto em grupo quanto de forma individual. Em princípio, o grande ponto da Análise de Política Externa não se mantém muito distante do foco da disciplina de Relações Internacionais, pois ambas estudam os fenômenos suscetíveis de serem incluídos no espectro conflito-cooperação e que ultrapassam as fronteiras nacionais. A grande diferença da Análise de Política Externa é seu foco nas ações internacionais de certos atores internos aos Estados.

Diante disso, a APE tem como objeto o estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas, incluindo, dentro das ações realizadas, aquelas apenas anunciadas, tais como ameaças e blefes (SALOMÓN & PINHEIRO, 2013).

Inicialmente, poderia-se pensar que a Análise de Política Externa estuda apenas como seu foco o Estado, assim, desconsiderando o papel de atores não estatais e de dinâmicas não protagonizadas pelo Estado na política internacional. Porém, a APE também estuda a interação das unidades de decisão governamentais com uma abundância de variados atores dentro e fora das fronteiras do Estado que influenciam a formação e implementação dessa política pública, assim como empresas ou organizações não governamentais (ONGs), sendo viável na medida em que esses atores desenvolvam políticas.

“A política externa é, antes de tudo, um produto de decisões, e o modo pelo qual as decisões são tomadas afeta substancialmente seu conteúdo. Ou seja, a política externa deveria ser investigada a partir do suposto de que ela se constitui essencialmente de uma série de decisões tomadas por um ou mais indivíduos chamados decisores; que esses decisores agem de acordo com a definição que fazem da situação; e que essas decisões não surgem pura e simplesmente a partir dos estímulos externos, mas são sim processadas por um mecanismo dentro do Estado. Em contraponto ao que as análises sistêmicas de base realista defendiam, a partir dessa nova perspectiva o analista estaria em condições de explicar por que Estados com posições similares no sistema internacional comportavam-se de modos distintos.” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p.43).

Dentro da subárea de análise de política externa, existe também uma análise dos elementos que influenciam o comportamento dos atores. Como por exemplo, a análise cognitiva explica a tomada de decisões a partir do entendimento de como as dimensões psicológicas e culturais afetam o processo decisório dos formadores de políticas públicas voltadas ao ambiente externo. Já que, nessa corrente, os indivíduos não pensariam necessariamente de maneira racional, pois também é levado em consideração a cultura, valores e emoções (FERREIRA, 2020).

Desse modo, as diferenças individuais possuem grande destaque na tomada de decisões em política externa, estudos como esse, comentados por Ferreira (2020), são inspirados na procura de uma explicação do papel dos grandes ditadores que influenciaram

todo o rumo da história de diversas formas. Há importantes oportunidades de pesquisa em torno da ação de líderes do setor privado influenciando a política externa dos países. Alguns exemplos se destacam tais como a Fundação Bill e Melinda Gates ser a segunda maior doadora da Organização Mundial de Saúde³ e financiar pesquisas na área de saúde e energia nuclear em diversos países; ou Elon Musk, o controverso bilionário que financia projetos de abrangência internacional em energia limpa, inteligência artificial e em pesquisa espacial, envolvendo-se frequentemente em questões políticas.⁴

No Século XXI, esse tipo de debate em política externa vem se fortalecendo, para além das discussões cognitivas que foram brevemente comentadas, como as centradas na psicologia, como as crenças, valores, personalidades, emoções, percepções e valores individuais, assim como o papel da religião, da biologia e o feminismo (FERREIRA, 2020).

Além desses apresentados por Ferreira, com a globalização, o cenário internacional foi recebendo mudanças, principalmente no âmbito econômico devido ao contínuo sistema capitalista em que nos encontramos. O que fez com que empresas multinacionais se tornassem grandes influenciadoras da tomada de decisões dos Estados, se envolvendo em acordos internacionais, organizações e interações no sistema internacional, se tornando assim atores que influenciam relações econômicas e com isso, influenciam diretamente as decisões políticas de seus Estados.

Para este trabalho, será debatido o papel do empresário na Análise de Política Externa (APE). Para isso, apresentamos elementos de duas abordagens teórico-analíticas que se complementam na compreensão desse fenômeno. Embora sejam parecidas do ponto de vista da escrita, são conceitualmente divergentes, cada uma com um corpo bibliográfico próprio, a saber: o Empreendedorismo político (*Policy Entrepreneurship*) e a Diplomacia corporativa (ou econômica) (*Corporate Diplomacy*). Por um lado, enquanto o primeiro se presta a analisar como os atores individuais que, em nível internacional, chamam a atenção para problemas, avançam propostas viáveis e vinculam resultados a valores simbólicos (MINTROM; LUETJENS, 2019), o enquadramento de *corporate diplomacy* cumpre em investigar o papel de atores privados na análise de política externa dos países, os quais, por vezes, também podem atuar no sentido propositivo, atuando na esfera política. Por esse

³ Até que ponto Bill Gates influencia a OMS?. SWI swissinfo.ch, Genebra, 6 de Maio de 2021. Genebra Internacional. Disponível em: <<https://www.swissinfo.ch/por/at%C3%A9-que-ponto-bill-gates-influencia-a-oms-/46575738>>.

⁴ Elon Musk conta o que ele odeia no transporte público. Época Negócios, Rio de Janeiro, 15 de Dezembro de 2017. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2017/12/elon-musk-counta-o-que-ele-odeia-no-transporte-publico.html>.

motivo, as próximas seções serão dedicadas a identificar elementos conceituais dessas duas abordagens que se complementam na análise do caso em tela.

2.1 Diplomacia Corporativa

A diplomacia econômica foi um instrumento de política externa estatal estabelecida no final do Século XIX, como uma ferramenta para projetar poder no mundo no contexto de crescentes rivalidades imperiais (BADEL, 2020). Durante a Primeira Guerra Mundial, foi foco de reflexão e práticas multilaterais visando trabalhar em conjunto para estabilizar as relações econômicas e financeiras internacionais após o conflito.

No período mais recente, os governos dos países emergentes fortaleceram os aspectos econômicos da política externa (OKANO-HEIJMANS, 2018). Com a concorrência das economias emergentes, muitos países desenvolvidos do Ocidente, se voltaram aos interesses econômicos nacionais, através de crescentes restrições financeiras, demandas por transparência, responsabilidade e políticas voltadas para resultados domésticos. Para os governos dos países em desenvolvimento, a diplomacia econômica possui o objetivo de construir uma abordagem econômica coerente para a política externa, ao mesmo tempo em que converte sua crescente força econômica em influência política. Assim como para potências em ascensão (como a China), a diplomacia econômica é um meio de realizar a transição de poder e remodelar a ordem global, e aprofundar suas relações, incluindo parcerias e projetos de cooperação para o desenvolvimento (OKANO-HEIJMANS, 2018).

A diplomacia econômica pode englobar a mobilização de atores públicos, semipúblicos e privados sob a supervisão das autoridades públicas, nos níveis nacional, regional e local, para defender os interesses econômicos nacionais, endossando a expansão comercial e financeira das empresas nacionais, empresas em mercados estrangeiros e promovendo a atração do território nacional junto de investidores estrangeiros (RUËL; WOLTERS, 2016).

Com relação à academia, a diplomacia econômica caiu em relativo declínio até o início da década de 1980, devido à mudança cultural que impactou a escolha de novos temas e promoveu abordagens opostas às interpretações realistas da arena internacional. Por exemplo, na França, apenas estudiosos mais velhos ainda lidavam com diplomacia econômica. Ao longo dessa década, porém, três importantes produções destacaram-se nos campos da história e da economia política internacional, por desenvolver uma singular

reflexão sobre os assuntos da diplomacia econômica, como por exemplo: os livros de Marc Trachtenberg (1980) e Georges-Henri Soutou (1989) e de Susan Strange (1988). O primeiro livro explica o conceito de diplomacia econômica francesa impulsionada pela vingança contra a Alemanha, o segundo destacou, entre outras coisas, a importância das primeiras conferências econômicas inter-aliadas na construção de uma nova ordem mundial. E Susan Strange analisou a transformação das relações entre empresas e estados na nova fase da globalização impactada pela desregulamentação e pela ascensão do investimento estrangeiro (BADEL, 2020).

“Nessa toada, nos anos 2000, a produção abrangeu inúmeras temáticas relacionadas, tratando tanto do aumento da diplomacia econômica multilateral entre as duas guerras (Fink et al. 2002), quanto de sua diversificação, a partir dos anos 1970 (Woolcock e Bayne 2007; Murlon-Druol e Romero 2014), com armas e sanções econômicas (Dobson 2012; Zhang 2014), e com políticas de penetração em mercados em desenvolvimento, uma prática que os estados instituíram durante a Guerra Fria” (Bagnato 2003; Lorenzini 2003) (BADEL, 2010).

Por fim, a questão da autonomia dos atores econômicos em relação aos atores públicos, núcleo da reflexão histórica nas décadas de 1960 e 1970, vem sendo reexaminada por pesquisadores em estudos diplomáticos, gestão internacional e estudos de negócios internacionais, de forma a desenvolverem noções de diplomacia corporativa e empresarial e de “multilateralismo privado”, assim como também, as relações entre atores econômicos privados e atores públicos, o que fez com que a noção de diplomacia corporativa fosse estabelecida (BADEL, 2020).

Do ponto de vista histórico, a diplomacia econômica foi moldada gradualmente no final do século XIX pelas grandes potências europeias, às quais se juntaram mais tarde o Japão e os Estados Unidos, e funcionou tanto como um instrumento para o domínio imperial no Oriente, no Extremo Oriente e na África, quanto para penetrar nos mercados recém-independentes nas regiões Central e América do Sul e um meio para os estados europeus mais pequenos se afirmarem, num mundo competitivo. O fortalecimento da diplomacia econômica multilateral em torno da Primeira Guerra Mundial confirmou a crescente interdependência das economias e sociedades postas em movimento durante a primeira fase da globalização contemporânea na década de 1860, a diversificação dos objetos de negociação e a interconexão fundamental das questões econômicas com as questões culturais, questões sociais e estratégicas.

A diplomacia econômica tornou-se uma ferramenta nas mãos de alguns estados em desenvolvimento no final dos anos 1960, e emergentes nos anos 1990 e 2000, ainda tentando encontrar um lugar na estrutura internacional, construída após 1945 pelas potências aliadas.

Afirmando-se por meio de políticas realistas, que articulam a busca pela riqueza ao desejo de poder, os países emergentes forçaram os estados desenvolvidos a repensar sua própria abordagem à diplomacia econômica.

Com o aumento do Investimento Estrangeiro Direto (IED) durante a década de 1990, muitos estudos datam a entrada das corporações multinacionais na arena diplomática a partir desse momento, pois tentaram levar em conta diversas leis e regulamentações locais, nacionais e internacionais para lidar com os estados e autoridades locais onde as empresas queriam se estabelecer (BADEL, 2020).

Com isso, essas corporações enfrentaram alguns desafios como a obtenção de apoio do poder público e a tentativa da sua chegada ser vista como legítima pelo público em geral. Nesse contexto, grandes corporações criaram serviços, direções ou departamentos com diferentes nomes, como relações institucionais ou relações públicas, a cargo da “diplomacia corporativa” que lhes permite intervir em duas grandes áreas: a sociedade e o ambiente, a fim de enfrentar os desafios ambientais e contribuir para o desenvolvimento de todos.

A noção de diplomacia corporativa explica um processo que procura reforçar os atributos de uma empresa, como por exemplo, envolve a capacidade do chefe da empresa de dominar tanto a cultura global da empresa, quanto a das subsidiárias administradas em vários países e outras culturas que também impactam a cultura da empresa, além de abranger as relações da empresa com seus parceiros estrangeiros. Muitas corporações multinacionais hoje empregam diplomatas para tais cargos (BADEL, 2020).

O papel dos diplomatas corporativos oscila entre alavancar comunicações, fazer *lobby* (tentar influenciar um tomador de decisão em busca de seus interesses), coletar informações estratégicas e ação cultural em sentido amplo. Assim como a adaptação das grandes corporações às mudanças internacionais e societárias, o que levou as corporações a montarem estruturas e indivíduos destinados a desenvolver canais de representação, informação, negociação e promoção de seus interesses nacionais, seja para servir de paliativo para uma função que o governo não poderia cumprir estruturalmente, ou não desejam manter politicamente, ou promover seus próprios interesses. Em questão está o potencial conflito entre os objetivos perseguidos pela diplomacia corporativa e os do país de origem da corporação. Por meio da pressão exercida sobre o poder público, a corporação pode tentar colocar em pauta a negociação de temas que atendam a seus interesses em detrimento dos do governo.

De forma a entender a diplomacia econômica, deve-se conhecer que esta não é apenas uma ação externa. No início do século XXI, a diplomacia econômica era ligada à

diplomacia pública como visão estratégica para as relações internacionais, porém, a questão da independência dos atores privados em relação aos atores públicos foi vigorosamente debatida no início dos anos 2000, alimentando o debate sobre os “efeitos nocivos” da globalização, levando a uma reflexão sobre a possibilidade de realizar a diplomacia econômica sem diplomatas (BADEL, 2020).

Rüel e Wolters (2012) distinguem as seis dimensões da diplomacia corporativa de forma a entender o papel do indivíduo, são elas: a intensidade da diplomacia corporativa, clareza política, amplitude, responsabilidade, implantação de meios e disponibilidade de recursos.

A intensidade da diplomacia corporativa reflete até que ponto uma empresa estabelece e mantém ativamente relacionamentos positivos com representantes de governos estrangeiros e partes interessadas não governamentais, de forma a indicar com que intensidade a empresa executa a diplomacia corporativa. A segunda dimensão, clareza da política, analisa de que forma uma multinacional tem uma política clara para toda a organização sobre como estabelecer e sustentar esses relacionamentos, indicando assim, se existem regras formais para a diplomacia corporativa, ou se existem diretrizes informais (RÜEL; WOLTERS 2012).

A amplitude da diplomacia corporativa reflete com quais condições o estabelecimento e a sustentação desses relacionamentos são feitos por cada representante da empresa. Essa dimensão também indica se os funcionários se consideram representantes de sua organização quando estão em contato com representantes de governos estrangeiros e partes interessadas não governamentais. Já a responsabilidade da diplomacia corporativa diz mais sobre a responsabilidade da empresa por estabelecer e manter relacionamentos positivos com representantes de governos estrangeiros e partes interessadas não governamentais é de sua sede ou das subsidiárias estrangeiras, ou se ambas são parcialmente responsáveis. Essa dimensão indica se a diplomacia corporativa é definida pela matriz para toda a organização (centralizada), ou se os executivos de suas subsidiárias são livres para decidir sobre como conduzir a diplomacia corporativa (descentralizada) (RÜEL; WOLTERS, 2012).

A quinta dimensão, significa implantação de meios e recursos, reflete como a empresa utiliza uma diversidade de meios para estabelecer e manter relacionamentos positivos com representantes de governos estrangeiros e partes interessadas não governamentais. Indica quais meios, métodos e canais, como por exemplo, reuniões sociais, fóruns públicos, seminários, debates do governo local, canais de mídia, são usados pela empresa para diplomacia corporativa. Por fim, a disponibilidade de recursos da diplomacia corporativa

reflete a medida em que a empresa usa vários recursos como por exemplo, tempo e dinheiro para estabelecer e sustentar esses relacionamentos (RÜEL; WOLTERS, 2012).

2.2. Empreendedorismo Político

A abordagem *policy entrepreneurship* trata de atores das mais diversas arenas, mas principalmente do campo político, atuando de maneira empreendedora (ou inovadora) na formulação ou implementação de políticas. Mesmo que não remeta, especificamente, empreendedores do setor privado atuando na política, ao focar o papel do indivíduo, ela contribui com elementos conceituais relevantes para a compreensão deste ator na análise de política externa.

O conceito de empreendedor na literatura de políticas públicas foi difundido com a obra de John Kingdon (1984), em que o autor apresenta uma gama de explicações para o surgimento das agendas legislativas de propostas de políticas públicas específicas, demonstrando problemas compreendidos e ideias políticas, o que o levou a observar que os empreendedores políticos são atores que identificam janelas de oportunidade por meio das quais podem tirar proveito de problemas emergentes e configurações políticas contemporâneas para promover ideias de políticas específicas, que até mesmo podem ter sido lançadas antes em outros lugares (MINTROM; LUETJENS, 2019).

Esses empreendedores políticos podem estar dentro ou fora do governo, em cargos eleitos ou nomeados, em grupos de interesse ou organizações de pesquisa, mas o que os define, assim como no caso de um empresário de negócios, é a disposição de investir seus recursos, como tempo, energia, reputação e dinheiro em busca de um retorno.

Em seu estudo, Kingdon (1984) dá exemplos de situações nas quais os empreendedores encontraram essas janelas de oportunidade para que pudessem prosperar com seus negócios através destes problemas emergentes, como na reforma do transporte público no Reino Unido, questões climáticas na Austrália, pobreza urbana na China e implementação de políticas na África, tudo isso a nível nacional. No nível internacional, alguns trabalhos se destacam, tais quais o de Huitema e Meijerink (2010) sobre empreendedores da política de água, de Ackrill e Kay (2011) na reforma da política do açúcar na União Europeia (UE) e a exploração de Copeland e James (2014) da agenda de reforma econômica (KINGDON, 1984)

Desde a introdução do conceito de empreendedorismo político por Kingdon, pela literatura é confirmada a importância dos empreendedores políticos como agentes de mudança política, com estudos que testam a validade empírica do conceito de empreendedor político, assim como avaliaram o grau em que as mudanças políticas observadas foram influenciadas pelas ações dos empreendedores políticos, levando em conta também o contexto em que essas mudanças ocorriam.

As atividades mais importantes dos empreendedores políticos incluem a identificação de problemas, a criação de redes em círculos políticos, a definição dos termos dos debates políticos e a construção de coalizões para apoiar a mudança política. Os empreendedores de políticas exibem altos níveis de percepção social em sua capacidade de examinar e interpretar seu ambiente operacional com o objetivo de alcançar mudanças nas políticas (MINTROM, 2000).

As estratégias escolhidas pelos empreendedores políticos não são inéditas, devido a outros atores políticos empregarem as mesmas estratégias, porém, os empreendedores políticos se diferem por estarem preparados para promover ideias políticas novas em contextos específicos, fazendo com que até mesmo ultrapasse os limites institucionais e organizacionais dentro dos quais outros atores tendem a trabalhar, promovendo inovações políticas e apresentando argumentos que quebram os interesses tradicionais.

Com isso, esses empreendedores se tornam significativos nessas políticas, de forma a usar sua rede de contatos para apoiar novos empreendimentos na defesa da mudança das mesmas, de forma tanto nacional quanto internacional. Diante disso, o conceito de empreendedor político passou a ser analisado de forma a interpretar e explicar como funcionam suas inovações políticas tanto no meio nacional e subnacional quanto internacional.

Mintrom e Luetjens (2019) frisam que é importante manter-se atento que o empreendedor político é um indivíduo, ao mesmo tempo em que a representação dos contextos em que esses atores se inserem são modificáveis. Com isso, pode-se traçar limites conceituais claros e distinguir as ações dos empreendedores políticos internacionais dos compromissos internacionais usuais de atores estatais e governamentais, as ações de organizações internacionais e as ações de grupos de defesa da sociedade civil.

Com isso, entende-se que focar apenas no indivíduo é impossível, pois apenas um indivíduo não possui o poder de realizar uma mudança fundamental em meio à complexidade do contexto internacional. Este indivíduo pode sim fazer uma mudança acontecer, mas, nesse

caso, os atores apresentam o pensamento contrafactual aqui - “*Na ausência do trabalho desse empreendedor, os níveis observados de interesse na mudança de políticas teriam surgido?*”

De forma a responder essa pergunta importante para a análise, embora possamos identificar empreendedores políticos que fizeram a diferença, eles nunca agem sozinhos, pois apenas tomam ações que catalisam outros para uma ação coordenada. As ações dos empreendedores políticos internacionais são paralelas às dos empreendedores políticos nacionais. No mundo dos negócios, por exemplo, identificar o empreendedor, geralmente não é uma tarefa simples, porém isso pode gerar *insights* importantes sobre os processos pelos quais novos produtos e serviços (e muitas vezes novos mercados) surgem. Isso também vale no caso dos empreendedores políticos, pois busca identificar e interpretar as práticas de empreendedores de políticas internacionais individuais e promete melhorar nossa compreensão do desenvolvimento de políticas e da difusão de inovações políticas em nível internacional.

As atividades de formação de equipes dos empreendedores políticos podem assumir várias formas. Em primeiro lugar, os empreendedores políticos muitas vezes trabalham em equipes unidas compostas por indivíduos com diferentes conhecimentos e habilidades, que são capazes de oferecer apoio mútuo na busca da mudança (MINTROM, 2000). Além disso, os empreendedores políticos fazem uso de suas redes pessoais e profissionais, assim como reconhecem a importância de criar e orientar coalizões de advocacia para promover mudanças políticas. O tamanho dessas coalizões pode ser crucial para demonstrar o grau de apoio desfrutado por uma proposta de mudança de política. Além disso, a composição de uma coalizão pode transmitir a amplitude e a diversidade desses apoiadores. Usada de forma eficaz, a composição de uma coalizão pode ajudar a desviar os argumentos dos que discordam dessa mudança (BAUMGARTNER; JONES, 1993).

No contexto internacional, com grandes desafios para a defesa de políticas, os empreendedores políticos que atuam nessa arena enfrentam obstáculos e oportunidades diferentes das encontradas dentro do que encontram em seus países, particularmente nas esferas de iniciação, mediação e compromisso de políticas.

É conhecido na área de Análise de Política Externa que uma de suas tarefas mais difíceis é entender como ela é feita, ou seja, os atores e as influências que moldam e determinam os resultados das políticas. O que é difícil para todo e qualquer país, mas ainda mais quando se está estudando a China, onde muitas facetas da formulação da política externa e de segurança são fechadas para quem não é do país, mesmo que nos dias atuais a

China vem se mostrando mais aberta e plural, o que abre novas oportunidades para estudar e entender a política externa chinesa, mas também levanta novos desafios analíticos.

A tabela a seguir reúne os conceitos de empreendedorismo político e da diplomacia corporativa (o empreendedor na política) em um resumo, de forma a revisar seus conceitos e definições, assim como as referências na literatura e a forma de atuação de ambos.

Quadro 1. Elementos teóricos-analíticos

	Empreendedorismo político	O empreendedor na política
Conceitos-chave	Atores que identificam “janelas de oportunidade” por meio das quais podem aproveitar de problemas emergentes e configurações políticas contemporâneas para promover ideias de políticas específicas.	A diplomacia econômica é um meio de realizar a transição de poder e remodelar a ordem global e aprofundar suas relações, incluindo acordos de parceria econômica e projetos de cooperação para o desenvolvimento e lucro.
Referências de literatura	Mintrom e Luetjens (2019); Baumgartner e Jones (1993).	Ruël e Wolters (2012); Badel; Woolcock e Bayne (2007); Murlon-Druol e Romero (2014).
Mecanismos de atuação	Podendo ser atores de dentro ou fora do governo, utilizam o aparato público para realizar seus objetivos.	Atores privados, com uma relação aos atores públicos, de forma a colocar em pauta a negociação de temas que atendam a seus interesses em detrimento dos do governo.

Fonte: Elaboração própria, a partir da literatura revisada.

3 A DIPLOMACIA CORPORATIVA DA CHINA PARA A ÍNDIA E O PAPEL DO EMPRESÁRIO CHINÊS

Com a crescente importância da China no mundo, nos deparamos com a necessidade de enfrentar as oportunidades e desafios para chegar a uma melhor compreensão da crescente e cada vez mais complexa matriz de indivíduos, instituições, influências e ideias que moldam a política externa desse país. A necessidade de a comunidade internacional obter uma compreensão dos atores e fatores que afetam a formulação da política externa chinesa cresceu em conjunto com a importância e o envolvimento da China nos assuntos internacionais.

O crescimento dos investimentos chineses na Índia, desde 2014, representou que empresas chinesas estariam emergindo e se destacando como grandes *players* e investidores do mercado internacional, em áreas variadas, que vão desde serviços locais, educação e saúde até e-commerce, entretenimento e jogos digitais.

Alguns fatos contribuíram para o aumento da importância do setor privado chinês, tais como a liberalização da economia, fortalecendo instituições redistributivas, reguladas, ainda controladas pelo governo (responsáveis por incentivar empresas privadas a participar do comércio internacional) e mudanças nos valores chineses, a partir da compreensão desse setor para o crescimento econômico (PERÉZ-MORON, SALAS, ACEVEDO, 2020).

O investimento estrangeiro direto é muito importante para a China, pois por sua grande densidade demográfica, o país tem grande potencial de geração de mão de obra mais barata do que outros países, o que gera competitividade no âmbito comercial. Além disso, com a mudança nos valores culturais chineses, agora entende-se que a criação de indústrias e empresas garantem melhora o crescimento econômico de seu país (PERÉZ-MORON, SALAS, ACEVEDO, 2020).

O processo empreendedor inclui a manutenção ativa de um engajamento positivo com o governo, de modo a evitar perseguição política e a moldar os indivíduos para o cenário competitivo acirrado do empreendedorismo, independentemente de suas oportunidades e conjuntos de habilidades. E para manter relacionamentos sólidos, eles devem estabelecer canais de *feedback* positivo, de forma a não colidir fortemente com a política ou as instituições do país.

Com o desenvolvimento do setor privado, especialmente com financiamento em Pesquisa e Desenvolvimento e Inovação, a disputa entre China e Índia se ampliou no setor tecnológico. Com abordagens diferentes à inovação desses governos, os dois países passaram a promover tecnologia de jeitos diferentes.

O apoio do governo chinês tem sido mais eficaz na promoção da inovação por meio de políticas e do uso do potencial de pesquisa do setor público. Por outro lado, reconhece-se os progressos da Índia, a partir da cooperação e da competição e aprendizados do modelo chinês intermediadas pela política externa. A inovação entre os dois países também vêm dos negócios e como isso ajudou a mudar a visão de mundo da China e da Índia, permitindo-lhes atrair investidores (PERÉZ-MORON, SALAS, ACEVEDO, 2020).

3.1 Análise da Política Externa Chinesa e o papel do empresário

Uma premissa fundamental da política externa chinesa é a insistência da China de que pretende desenvolver-se pacificamente, mas mesmo os estudiosos chineses admitem que “*a China também procurará remover os impedimentos à sua ascensão, em parte invocando as*

regras internacionais existentes e moldando novas regras internacionais, para servir a seus interesses” (JAKOBSON; KNOX, 2010, p. 12).

Apesar de ter um regime político relativamente centralizado e fechado, a diversidade de interesses e ideias na sociedade chinesa contemporânea faz com que uma pluralidade ecoe nas decisões políticas da China em diversos assuntos. Isso é explicado através da globalização, que, com o aumento das atividades, relevância e objetivos da China para com outros Estados, uma variedade de atores chineses passaram a participar da arena internacional. Mesmo que o órgão máximo do Partido Comunista da China (PCC), o Comitê Permanente do Politburo (PSC) detenha o poder decisório final, o número desses novos atores que competem para influenciar as decisões da alta liderança se expandiu consideravelmente.

Vários outros órgãos oficiais, como órgãos do PCC, agências governamentais, governos provinciais e departamentos do Exército de Libertação Popular (ELP) moldam o pensamento e o comportamento da política externa. Dentro da burocracia do governo chinês, por exemplo, o Ministério das Relações Exteriores (MFA) é hoje apenas um ator no âmbito da política externa e não necessariamente o mais importante. Muitos desses atores oficiais têm percepções diversas dos interesses nacionais da China e até motivos rivais como resultado de seus diversos portfólios domésticos e atividades de alcance internacional. Com isso, a política externa da China é hoje moldada em certa medida por novos atores que não fazem parte nem do PCC, do governo central nem do ELP, estes são considerados: especialistas de universidades, organizações de pesquisa e academias militares, executivos-chefes de empresas, diretores de bancos, funcionários do governo local e importantes representantes da mídia (JAKOBSON; KNOX, 2010).

Além desses novos atores, os cidadãos chineses também afetam as decisões de política externa quando expressam suas opiniões na Internet, pela mídia ou em protestos. Porém, mesmo a China tendo se tornado um pouco mais plural, ela ainda é autoritária. Assim, embora os funcionários do governo cite a opinião pública como um fator a ser considerado na formulação da política externa, eles também buscam controlar a opinião de seus cidadãos. Ao lado do governo, a opinião pública é influenciada por vários outros atores da política externa, como pesquisadores e jornalistas seniores que contribuem para o debate público por meio de suas publicações e comentários, às vezes de forma independente e outras a pedido do PCC, do governo ou do ELP.

Uma consequência do papel central da construção de consenso nos processos de tomada de decisão na China - assim como de outros países - é que os grupos de interesse,

tanto dentro quanto fora do estabelecimento oficial de política externa, podem influenciar a política através da influência das opiniões dos membros que a definem (JAKOBSON; KNOX, 2010). Além dos atores oficiais da política externa dentro do governo, do Partido e do ELP, há uma série de outros atores à margem que se esforçam para influenciar os processos de tomada de decisão da política externa. Esses novos atores operam fora do âmbito oficial da política externa e incluem empresas estatais chinesas, instituições financeiras e empresas privadas, governos locais, instituições de pesquisa, mídia e internautas, e o setor empresarial.

As extensas atividades das empresas estatais no exterior tornaram-se uma consideração na formulação da política externa da China. Embora as empresas sejam atores à margem na grande maioria das decisões de política externa, os motivos comerciais possuem um impacto crescente nas políticas, em particular nos estados onde o relacionamento da China é dominado por laços econômicos.

O estado depende do engajamento comercial para avançar em políticas externas e agendas de segurança mais amplas. Adicionalmente, é do interesse do Estado apoiar a expansão das empresas chinesas no exterior. Isso se aplica a todas as grandes empresas chinesas, independentemente de serem estatais ou privadas, mas as Empresas Estatais ou *State-owned enterprises of China* (SOEs) e os bancos controlados pelo governo são os mais relevantes em uma análise de atores que influenciam a política externa porque dominam setores estratégicos no alcance comercial da China. Embora as Empresas Estatais sejam, em princípio, subordinadas ao governo central ou local, a pressão para manter a lucratividade pode, às vezes, fornecer um incentivo para que as Empresas Estatais definam os interesses da China de forma restrita, em contraste com a agenda mais ampla que as autoridades de política externa devem considerar.

As grandes estatais sob o governo central tendem a ter laços mais estreitos com a elite política de Pequim do que as empresas menores, particularmente em indústrias estratégicas como petróleo, minerais, energia nuclear e defesa. Em certos casos, como na formulação da política de segurança energética da China, as Empresas Estatais podem exercer uma influência limitada na política externa porque os líderes das SOEs são membros dos órgãos oficiais de tomada de decisão, sendo estes, executivos que são consultados por causa de sua especialização ao passo que questões relevantes de política externa são deliberadas. A alta administração das grandes estatais e a liderança política são parte de um mesmo organismo, o que faz com que nem sempre fique claro quem está no comando quando as decisões são

tomadas, além do que as estatais são subordinadas do governo, pois precisam de aprovação do mesmo para grandes investimentos no exterior (JAKOBSON; KNOX, 2010).

Jakobson e Knox (2010) explicam que executivos de SOEs sob o governo central, tais como a China National Petroleum Corporation (CNPC) ou Baosteel (a maior empresa siderúrgica da China) são nomeados pelo Departamento de Organização do PCC, de forma a ocuparem cargos ministeriais ou vice-ministeriais, e alguns atuam como membros suplentes do Comitê Central do PCC. Além disso, as estatais se beneficiam do apoio estatal para grandes negócios, particularmente em setores estratégicos. Esse apoio pode envolver empréstimos favoráveis ou garantias de crédito, o apoio de líderes políticos de alto escalão ou ofertas de pacotes de ajuda ao desenvolvimento para países-alvo onde um acordo está sendo considerado. A ajuda chinesa geralmente inclui grandes projetos de infraestrutura que são financiados por bancos chineses e executados por empresas chinesas.

Por outro lado, a liderança política depende de empresas estatais bem-sucedidas. As estatais nacionais, por exemplo, são entidades ricas que empregam centenas de milhares de pessoas e fornecem ao governo um sexto de sua receita total. Os executivos de empresas chinesas nos setores estatais e privados mantêm laços estreitos com funcionários de alto escalão para operar de forma eficaz, como fazem seus pares em todo o mundo. No entanto, os executivos não buscam um papel nas deliberações de política externa a menos que tenham um interesse direto na questão. Os formuladores de políticas chinesas muitas vezes precisam estimular representantes empresariais relutantes a participar de grupos de trabalho oficiais que deliberem questões de energia e segurança alimentar (JAKOBSON; KNOX, 2010).

No entanto, a participação de grandes líderes de estatais nos sistemas estaduais e partidários proporciona a certas SOEs, conexões políticas estratégicas, o que isso as permite entrar diretamente em decisões de política externa relativas a seus interesses comerciais. Um exemplo disso, é a relação entre grandes companhias petrolíferas chinesas e o governo é a nomeação nos últimos cinco anos de dois funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China para altos cargos diplomáticos depois de terem sido destacados para escritórios da Corporação Nacional de Petróleo da China.

Essas corporações têm se mostrado capazes de aproveitar a oportunidade para apoiar políticas benéficas. Como exemplo, a estratégia de segurança energética da *National Development and Reform Commission* é baseada na aquisição de recursos de petróleo e gás natural, levando em consideração a posição da Marinha do ELP, a qual com sua presença militar, se torna necessária para proteger o fluxo de recursos naturais. A política tem sido fortemente apoiada por empresas petrolíferas que se beneficiam de apoio e subsídios do

governo. As empresas menores também são capazes de influenciar diretamente a política, de forma a até mesmo desencadear crises, caso por exemplo, ocorra problemas na produção de mercadorias de gênero alimentício de forma a afetar a população importadora.

Mesmo quando as estatais não procuram influenciar deliberadamente a política externa chinesa, a grandeza de suas atividades internacionais possuem um inevitável impacto nas relações bilaterais da China. Desde que o governo anunciou em 1999 sua política de *Going Out*, promovendo a expansão das empresas chinesas no exterior, as empresas chinesas investiram mais de US\$178 bilhões no exterior. Pode-se dar o exemplo do Afeganistão, o qual possui compromisso de desenvolver infraestrutura elétrica, ferroviária e de saúde com a China, estimulando o desenvolvimento econômico com o país e, chegando a contribuir com a estabilidade das relações na região.

Os principais líderes políticos chineses que viajam para o exterior costumam inspecionar as instalações locais de empresas chinesas ou participar de cerimônias de assinatura de vários acordos de cooperação entre empresas chinesas e locais. As três principais empresas petrolíferas nacionais da China conseguiram atrair atenção de alto nível. Mais da metade das visitas estrangeiras de Hu Jintao (ex-presidente da China) entre janeiro de 2005 e julho de 2010 foram a países nos quais pelo menos uma das três empresas têm interesses em petróleo ou gás natural. Hu assinou contratos de fornecimento, exploração conjunta e transferência de ativos em seu nome em países como Austrália, Brasil, Gabão, Japão, Cazaquistão, Nigéria, Filipinas, Arábia Saudita e Vietnã (JAKOBSON; KNOX, 2010).

Exemplos de atividades como essas abrem espaço de oportunidades para os diversos donos de empresas chinesas e gerentes corporativos interagirem e apresentarem propostas a líderes políticos e consultores de política externa para acompanhá-los no exterior. Assim como expandir os objetivos da política externa da China nos países em que essas empresas decidem firmar seus negócios.

Quadro 2. Os atores da Política Externa Chinesa

Análise de Política Externa

Atores em Política Externa (Hermann, 1990)

Burocracias	Ministério das Relações Exteriores da China
Instituições	Partido Comunista
Indivíduos	Empreendedores Políticos Xi Jinping

Fonte: Elaboração própria.

O número de grupos de interesse que buscam moldar as políticas externas da China tem crescido, o que incluiu também grandes empresas do setor privado. O Comitê Permanente do Politburo do Partido Comunista da China é o principal órgão de tomada de decisão, mas seu foco é principalmente em questões domésticas e governança do país, quando se trata de política externa, é um trabalho dos ministérios do Conselho de Estado, como o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério do Comércio.

Porém, em 2018 o governo de Xi Jinping realizou algumas mudanças que, entre elas, a responsabilidade da política externa chinesa passou a ser da Comissão Central de Relações Exteriores. Essa mudança pode ser explicada pelo peso crescente das considerações comerciais na formação da política externa chinesa, especialmente com países com os quais os laços econômicos são um elemento significativo nas relações bilaterais.

Nos primeiros dez anos após a política de *Going Out*, entre os novos atores do governo estavam o Ministério do Comércio e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma. Porém, embora o setor privado na China não ocupe um espaço formal dentro da hierarquia partidária como fazem as principais estatais, os chefes de alguns dos principais participantes do setor privado, incluindo aqueles que são os principais investidores na Índia, ocupam cargos formais em órgãos governamentais e compartilham estreitas relações com os governos dos estados onde estão localizados.

Embora os objetivos permanentes do setor privado chinês, sejam maximizar lucros e agradar seus acionistas, deve-se notar que seus papéis e responsabilidades para promover os objetivos do Partido Comunista em casa estão claramente definidos na política.

A partir do ano de 2006, a China divulgou oficialmente o plano de inovação nativa (*indigenous innovation*, em inglês), de forma a incentivar a pesquisa e o desenvolvimento e evitar a dependência de tecnologia de outros países. A partir dessa estratégia, a China passou a usar o aparato público como um impulso para essa inovação nativa, através de programas nacionais de ciência e tecnologia estabelecidos pelo Ministério da Ciência e Tecnologia focado no objetivo específico de elevar a alta tecnologia chinesa aos padrões globais contemporâneos, com as empresas chinesas responsáveis pela tarefa de incubar novas tecnologias.

A política de inovação nativa da China foi baseada em observações históricas de que as empresas privadas têm desempenhado consistentemente um papel importante na inovação tecnológica. Sem o envolvimento de empresas privadas, o investimento do governo em universidades e institutos de pesquisa governamentais não teria sido bem-sucedido. Os sistemas de inovação liderados por empresas foram desenvolvidos por muitos anos. No entanto, as universidades e institutos de pesquisa liderados pelo governo historicamente tiveram capacidades de lobby muito mais fortes do que as empresas privadas, então, no passado, a maioria dos projetos nacionais de pesquisa e desenvolvimento foi para essas universidades e institutos de pesquisa liderados pelo governo. Sob a nova política de inovação, a maioria dos megaprojetos mostraram que empresas privadas desempenharam papéis muito mais proeminentes (LIU; CHENG, 2011).

Através disso, a China passou a ter um contraste de ter sido bem-sucedida com um rápido crescimento econômico enquanto ainda não possuía uma capacidade de inovação substantiva. Com isso, ainda buscando pelo desenvolvimento sustentável, enfrentando a escassez de recursos naturais, as autoridades chinesas lançaram sua nova estratégia de inovação nativa, com o objetivo de melhorar significativamente a capacidade da ciência e tecnologia chinesas até 2020. A China passou a converter empresas públicas em instituições orientadas para a inovação, para diminuir a dependência de tecnologia estrangeira, dominar tecnologia industrial de ponta e promover o desenvolvimento econômico e social, com o objetivo principal de se tornar a China um dos países inovadores reconhecidos no mundo (Conselho de Estado da China, 2006). Em 2006, a China marcou um grande avanço quando o governo começou a implementar esse programa de desenvolvimento de ciência e tecnologia de longo alcance (LIU; CHENG, 2011).

De forma a transformar a economia chinesa em uma potência tecnológica até 2020 e líder global até 2050, o primeiro-ministro Li Keqiang declarou que “o empreendedorismo e a inovação em massa são um forte poder impulsionador do desenvolvimento” durante seu discurso no Fórum Econômico Mundial em 2015⁵. Desde então, o conceito de inovação em massa foi amplamente divulgado e apoiado pela política do governo central chinês nos últimos anos.

A ideia de empreendedorismo e inovação em massa é reconhecida pelo crescimento em massa como “prosperidade em escala nacional” e explica a inovação como resultado do

⁵ KEQIANG, Li. Chinese Premier Li Keqiang's speech at #AMNC15. World Economic Forum. 11 de Setembro de 2015. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2015/09/chinese-premier-li-keqiangs-speech-at-amnc15/>

dinamismo de uma economia, ou seja, “o desejo e o espaço para inovar”, um considerável grau de dinamismo (PHELPS, 2013). Compreende-se que a adoção da política de inovação nativa pela China foi impulsionada pela crença de que *“nunca poderá ascender às posições de liderança das nações industrializadas se continuar a ser receptora ou importadora de tecnologias avançadas ou protocolos de internet criados por países inovadores”* (CHOW, 2013). Assim, o objetivo da inovação nativa é afastar tecnologias estrangeiras e rivais e tornar-se independente do acesso à tecnologia de países como os Estados Unidos, Japão e nações da Europa Ocidental, que formam a base do tecno-nacionalismo, em que os estados-nação são vistos como “engajados em uma luta competitiva na qual a proeza tecnológica é crucial”. Assim, quanto mais avançada for a base tecnológica de uma nação, maior será a vantagem que ela poderá afirmar sobre outras nações (LEONG, 2018).

Com isso, aplica-se aqui a noção de diplomacia corporativa apresentada na literatura, já que de forma a desenvolver e propagar esse desejo nacional de manter a proeza tecnológica e a soberania cibernética proposta por Xi Jinping, as empresas tecnológicas chinesas possuem projetos para o desenvolvimento de cidades inteligentes que possam captar seus recursos e transformá-los tanto em lucro para suas empresas privadas quanto para a disseminação de seus produtos e marca, além da soberania chinesa sobre assuntos e desenvolvimento tecnológico, através de coleta de dados, geração de emprego e pesquisa e desenvolvimento nos setores de tecnologia da informação.

A seguir, é discorrido sobre o caso da *Tencent* e como ela se desenvolveu na Índia, além de comentar sobre as relações bilaterais da China com a Índia e qual o impacto do investimento externo direto do setor de internet chinês no país vizinho, com a força econômica chinesa contribuindo para o crescimento de sua força política.

3.2 Relações Bilaterais Econômicas China-Índia

A eclosão das empresas chinesas como as principais partes interessadas no relacionamento Índia-China começou a se destacar após 2014. Porém, as relações comerciais entre os dois países cresceram rapidamente desde o início dos anos 2000, de menos de US\$ 2 bilhões no ano 2000 para US\$ 38 bilhões em 2008, quando a China se tornou o maior parceiro comercial da Índia, com a posição que ainda mantinha em 2018, quando o comércio bilateral aumentou 2,5 vezes para US\$ 95,5 bilhões (KRISHNAN, 2020). Mesmo que tenha ocorrido esse rápido crescimento, não existiam incentivos para que as empresas chinesas se dessem como partes interessadas dessa relação para com o mercado indiano e com a

formulação de políticas bilaterais com a Índia. Passou-se a notar uma relação multinacional, impulsionada pelas compras indianas de máquinas e equipamentos chineses, que representam mais da metade do total de importações indianas da China⁶.

O fator determinante para que a Índia importasse produtos e serviços da China foi a competitividade de seus preços, e assim, como resultado disso, as empresas chinesas não foram obrigadas a estabelecer uma presença permanente na Índia, pois o país ainda permanecia em baixa posição na lista dos principais destinos de investimento externo chinês.

Com isso, o rápido crescimento do comércio bilateral desse período foi um ponto positivo bem significativo. Porém, alguns problemas no comércio entre os dois países se mostraram preocupantes, como por exemplo, a balança comercial desequilibrada tornou-se uma fonte crescente de tensão e levou a um debate na Índia sobre os méritos de buscar relações comerciais mais estreitas com a China. Enquanto as importações de equipamentos e maquinários chineses dispararam, o baixo volume de exportações da Índia para a China permaneceu limitado a matérias-primas, como minérios de baixo teor, algodão e produtos químicos. Enquanto isso, empresas indianas, particularmente nos setores de tecnologia da informação e farmacêutico, reclamaram de uma série de barreiras não tarifárias que limitavam seu acesso ao mercado chinês (KRISHNAN, 2020).

Com o descontentamento das empresas nacionais, incapazes de competir com o custo baixo dos produtos e serviços chineses, o governo indiano foi forçado a retaliar a China, impondo impôs direitos *antidumping* sobre vários produtos importados da China e iniciou mais investigações *antidumping* visando a China do que qualquer outro país, taxando produtos químicos, aço, vidro, fibras e fios, itens elétricos e eletrônicos e acessórios (CBIC INDIA, 2019⁷)

Além disso, a natureza do comércio não levou ao tipo de interdependência e vínculos estreitos que a China compartilha com alguns de seus outros principais parceiros comerciais, como Estados Unidos, Japão e Coreia do Sul, pois as empresas chinesas não estavam profundamente investidas na Índia nem dependentes de suas relações com empresas indianas para tecnologia. Com a Índia, a relação comercial tinha uma dependência de mão única, com a China respondendo por 73% dos equipamentos de telecomunicações, 82% dos dispositivos semicondutores, 81% dos antibióticos e 75% dos insumos farmacêuticos ativos

⁶ São dados da Embaixada da Índia em Pequim e do Ministério das Relações Exteriores da Índia Disponível em: <https://mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/China-January-2012.pdf> e <https://www.eoibeijing.gov.in/economic-and-trade-relation.php>

⁷ Disponível em: <https://www.cbic.gov.in/htdocs-cbec/customs/cst1819-010219/add-chwise-idx0102>

(KRISHNAN, 2020). A primeira fase foi marcada por um engajamento distante e a segunda fase trouxe mudanças, como um rápido crescimento do investimento chinês na Índia.

Além disso, a partir de 2016, foi a entrada de capital chinês no setor de tecnologia por meio de investimentos e aquisições de *startups* indianas, ou seja, pelo setor privado chinês. Dezenas de empresas de tecnologia chinesas e players de capital de risco (liderados pelos gigantes da tecnologia Alibaba e Tencent) adquiriram participações minoritárias ou de controle em empresas indianas. Com essas mudanças, as empresas chinesas começaram, pela primeira vez, não só investindo para estabelecer uma presença de longo prazo na Índia, mas também adquirindo participações de controle e desenvolvendo estratégias conjuntas com empresas indianas, dando-lhes uma participação contínua no mercado indiano.

Diante desse momento próspero e lucrativo para as empresas de tecnologia chinesa, um fato abalou essa tendência e influenciou diretamente no investimento e nas relações entre os dois países. A partir de 5 de maio de 2020, tropas chinesas e indianas eclodiram confrontos ao longo da fronteira sino-indiana, próxima à fronteira do alto do Himalaia com as forças chinesas se opondo à construção de estradas indianas no vale do rio Galwan⁸.

De acordo com fontes da mídia indiana, como a BBC, NDTV e Aljazeera, combates em 15 de Junho de 2020 resultaram na morte de soldados chineses e indianos, além de que, pela primeira vez em 45 anos, tiros foram disparados ao longo da LAC (Linha de Controle Real).⁹

Diante desse confronto, a resposta econômica da Índia à China, além de programas patrióticos em canais de notícias e apelos de publicidade de mídia social, foi realizado um apelo aos indianos para usarem o “poder da carteira” e boicotarem os produtos chineses. Este apelo foi coberto por grandes meios de comunicação e apoiado por várias celebridades.

Em meio a esta onda de boicote de produtos e serviços chineses, em 29 de Junho de 2020, o governo indiano banuiu 59 aplicativos chineses, incluindo TikTok, WeChat, UC Browser, SHAREit e Baidu Maps¹⁰. A RPC respondeu bloqueando jornais e sites indianos na China continental. Após a proibição inicial, em setembro, o governo da Índia proibiu ainda mais 118 aplicativos chineses, incluindo o popular aplicativo de jogos PUBG Mobile, citando a soberania e a integridade do país. Depois disso, aconteceram mais banimentos, com mais 43

⁸ Militares indianos morrem em confronto com tropas chinesas. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/06/16/militares-indianos-morrem-em-confronto-com-tropas-chinas.ghml>

⁹ At Talks, China Confirms Commanding Officer Was Killed In Ladakh: Sources. Disponível em: <https://www.ndtv.com/india-news/chinese-army-confirms-their-commanding-officer-was-killed-in-ladakh-face-off-during-military-level-talks-in-galwan-sources-2250280>

¹⁰ India Bans Nearly 60 Chinese Apps, Including TikTok and WeChat. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2020/06/29/world/asia/tik-tok-banned-india-china.html>

aplicativos, incluindo AliExpress, Alipay Cashier e Alibaba Workbench, do Alibaba Group. Resultando assim, em mais de 200 aplicativos chineses banidos pelo governo indiano, incluindo aplicativos de propriedade de Alibaba, *Tencent*, Baidu, Sina e Bytedance. Várias iniciativas foram tomadas em todo o país para interromper a venda de produtos chineses e substituí-los por produtos indianos.

Após esse fato, verificou-se uma reação da China à essa decisão da Índia de banir um total de 267 apps. Durante uma reunião da Comissão Militar Central, Xi Jinping ordenou que o ELP estivesse pronto para a batalha e ficassem em estado de alerta, acelerando a construção de novas forças de combate e aprimorando o sistema de treinamento para desenvolver ainda mais sua capacidade de combate¹¹. Após a proibição, as empresas chinesas sofreram prejuízos da ordem de US \$6 bilhões, apenas para uma empresa, por exemplo (ByteDance). Além disso, várias empresas chinesas começaram a demitir seus funcionários indianos devido a restrição do uso de aplicativos chineses. Enquanto isso, as empresas indianas saudaram a proibição de aplicativos do governo, que essencialmente expulsou seus concorrentes estrangeiros do país, tornando um ambiente mais seguro e com oportunidade no mercado interno. Além disso, a Índia também proibiu a China de participar de licitações governamentais, o que significa que as empresas chinesas que desejassem investir na Índia deveriam esperar para obter aprovações.

Essa restrição significou grandes perdas para as empresas chinesas, atrasando planos futuros e propostas chinesas, além de restringir 1 bilhão de usuários de internet estimados na Índia até 2025, o segundo maior mercado do mundo em termos de números de usuários. Perder usuários de internet significa basicamente perder dados necessários para melhorar os produtos, como por exemplo, a perda de dados foi comprovada quando o TikTok da ByteDance foi banido na Índia em junho de 2020, o aplicativo perdeu 200 milhões de usuários indianos, o dobro do número de usuários nos Estados Unidos. A diversidade demográfica e de idiomas da Índia torna o país excepcionalmente valioso, em termos de acesso a dados, com o CEO do Google observando que “criar produtos para a Índia primeiro nos ajudou a criar produtos melhores para usuários em todos os lugares” (CHOI, 2021).

No entanto, a China não foi o único país em prejuízo, pois a Índia alcançou o oposto do que pretendia economicamente, já que as indústrias locais não conseguiram atender à demanda. Apesar da necessidade de atrair investimento externo para impulsionar a economia,

¹¹ Xi Jinping Asks Chinese PLA To Be Battle-Ready After India Bans More Chinese Mobile Apps. Disponível em: <https://eurasianimes.com/xi-jinping-asks-chinese-pla-to-be-battle-ready-after-india-bans-more-chinese-mobile-apps/>

a Índia perdeu parte do seu segundo maior fornecedor mundial de IED, a China, pois os empresários chineses começaram a transferir seus negócios para os mercados do Sudeste Asiático ou do Oriente Médio¹².

A Índia também não tinha alternativas para substituir os produtos de tecnologia, já que as marcas chinesas de smartphones compõem quatro, das cinco maiores do país, e reivindicam cerca de 80% do mercado, enquanto as marcas indianas controlam apenas 1% do mercado (CHOI, 2021). Isso significa que, para substituir a proporção chinesa, as empresas de smartphones teriam que investir mais em P&D que teria sido economizado com investimentos chineses.

Diante disso, em fevereiro de 2021, menos de um ano desde a imposição, a Índia informou planos para aliviar as restrições, buscando “oportunidades de crescimento para a economia”¹³, mesmo ainda estando em conflito armado na fronteira com a China. Além da Índia poder perder os acionistas chineses, devido aos crescentes atritos e à concorrência mais acirrada, a Índia também perderia tecnologia de ponta, já que a *Tencent* é a maior investidora estratégica em *startups* indianas, além de também perder os empregos que essas empresas chinesas forneciam para a população, presenciando fluxos de negócios lentos com empresas chinesas menos ativas.

Além disso, o investimento estrangeiro na Índia contribui na construção de uma indústria de capital de risco melhor para apoiar e sustentar um bom ecossistema para *startups*. No geral, o resultado provavelmente não se afastará muito do propósito pelo qual a Índia se abriu ao investimento chinês em primeiro lugar: para contrabalançar a falta de capital de risco doméstico e outros financiamentos de investimento. Além disso, como a Índia já possui um setor de tecnologia em crescimento, uma vez que *startups* possam se estabilizar por conta própria sem depender excessivamente de financiamento estrangeiro, políticas podem ser introduzidas novamente para promover a independência tecnológica.

No entanto, tudo se resume a saber se a Índia pode criar seus próximos 30 unicórnios¹⁴ sem o IED da China. Mas, como uma economia ainda em desenvolvimento, restringir o investimento estrangeiro pode ser desastroso, como o que aconteceu nos

¹² NIKKEI ASIA. In depth: What will Chinese apps do after India ban? Julho de 2020. Disponível em: <https://asia.nikkei.com/Spotlight/Caixin/In-depth-What-will-Chinese-apps-do-after-India-ban>

¹³ ECONOMIC TIMES INDIA. Chinese apps are thriving in India, despite being banned for almost a year. Agosto de 2021. Disponível em:

<https://economictimes.indiatimes.com/news/economy/policy/chinese-apps-are-thriving-in-india-despite-being-banned-for-almost-a-year/articleshow/85757860.cms>

¹⁴ Um unicórnio é uma startup que possui avaliação de preço de mercado no valor de mais de 1 bilhão de dólares americanos.

bloqueios de 2020. Portanto, estar aberto ao investimento estrangeiro é importante para ter sucesso nos objetivos econômicos de longo prazo da Índia.

4. ESTUDO DE CASO: O EMPREENDEDORISMO DA TENCENT EM RELAÇÃO AOS DESEJOS NACIONAIS CHINESES.

Os objetivos de uma empresa chinesa do ramo da tecnologia internacionalizar seu serviço e investir em outro país são, além de lucrar e desenvolver sua marca, contribuir para a soberania cibernética chinesa, se mantendo à frente em desenvolvimento tecnológico, de forma a se tornar um exemplo a ser seguido, assim como suas rivais ocidentais como a Apple e a Microsoft e não depender da importação de serviços de internet ou tecnologia. Desde sua chegada no poder, Xi Jinping visa afirmar a hegemonia da China na Ásia Oriental nos campos econômico, financeiro, diplomático, político e militar, pois, de acordo com o líder, a expansão internacional da China deve se basear na consolidação de seu poder regional (ROUSSET, 2018). Analisando seus objetivos, pode-se listar como os cinco principais: cortar o excesso de capacidade industrial, permitir a expansão global da China corporativa, apoiar a internacionalização do renminbi (RMB), construir uma infraestrutura de rede transnacional centrada na China e promover a globalização inclusiva habilitada para a Internet.

Quando se trata dessa relação comercial, pode-se perguntar sobre a influência de uma relação corporativa na política externa chinesa. Pode-se explicar isso, através das últimas duas décadas, com a expansão da dimensão econômica global das empresas chinesas, além das estatais, o setor privado também se tornou um participante importante e um novo ator interessado na diplomacia chinesa.

As corporações chinesas começaram a entrar de vez na Índia a partir de 2014, quando um terço dessas empresas chinesas iniciaram suas operações no país, conforme uma pesquisa do Banco Industrial e Comercial da China. Isso foi um pouco depois de Xi Jinping entrar na presidência do país, o que pode explicar tal ação das empresas devido aos objetivos do governo, discutido previamente. Além disso, o Banco também informou que três quartos destas são empresas privadas, com 9% desse valor no setor de telecomunicações e 4% em software e TI. Após isso, em 2016 os investimentos e aquisições chinesas atingiram seu pico, com Alibaba e *Tencent* sendo os dois maiores investidores na Índia, participando de rodadas de financiamento que ultrapassam US\$ 3 bilhões, de acordo com Simon Mundy, do jornal Financial Times. Sendo o concorrente da *Tencent*, a Alibaba está focada nos setores de

entretenimento, notícias, jogos e mídia em geral, mantendo uma “briga” constante pelo pódio digital da China na Índia (GEROMEL, 2019).

Ao final do ano de 2016, cerca de 70% das empresas não estatais tinham células ou filiais do Partido em suas organizações. De acordo com Qi Yu, vice-chefe do poderoso Departamento de Organização do Partido, os objetivos do líder tiveram um efeito positivo nas atividades corporativas e puderam ser “*organicamente integrados e coordenados com a produção e gestão corporativa para o desenvolvimento saudável da empresa*”. Em Março de 2019, o governo de Xi Jinping apelou aos setores industriais de alta tecnologia e emergentes para implementar e cumprir totalmente a visão do governante o partido, cooptando CEOs de tecnologia e nomeando-os para o Congresso Nacional do Povo (legislatura) ou para a Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (um órgão consultivo político, ou câmara alta), incluindo o fundador e CEO da Xiaomi e o fundador do Baidu (KRISHNAN, 2020).

O Alibaba, por exemplo, desempenhou um papel importante ao desenvolver um aplicativo que dissemina a propaganda do partido de Xi Jinping na China, o conhecido “Xuexi Qiang Guo”, traduzido para “Estude para tornar a China forte”, tal aplicativo testa e classifica os usuários quanto ao conhecimento da filosofia de governo de Xi Jinping, um aplicativo que os membros do partido são obrigados a usar, uma evidência da estreita relação entre o setor de tecnologia e o Partido Comunista da China. E além desse aplicativo, o AliBaba, também promove uma plataforma eletrônica de comércio mundial (eWTP) que derrubaria as barreiras ao comércio eletrônico em todo o mundo.

4.1 O Caso da Empresa *Tencent* na Índia

Observando especificamente o caso da *Tencent* no setor de tecnologia da Índia. A empresa oferece um dos programas de chat mais usados da China, o *WeChat*, um mecanismo de pesquisa, um mercado de comércio eletrônico e alguns dos jogos *online* mais populares do país. A logo da empresa foi traduzida do mandarim para algo como “melhorar a qualidade de vida por meio dos serviços de valor agregado da internet”. Um aspecto relevante é que empresas digitais buscam novos meios de conteúdo de entretenimento online. Nesse sentido, diante da flexibilização do governo chinês das regras sobre negócios de conteúdo e indústria cultural, muitas empresas, tal qual a *Tencent*, tem buscado operar no mercado, através da compra de ações de empresas de entretenimento, jogos, *e-commerce*, entre outras.

Na Índia, a *Tencent* assinou um contrato de licenciamento e franquia com o MIH (Myriad International Holdings) em 2008 e possui uma participação de 50% na plataforma de viagens online líder da Índia, Ibibo. Assim como a China, a Índia tem uma cultura de internet em rápido desenvolvimento que está migrando para aplicativos de smartphone. O aplicativo de rede social da *Tencent*, *We Chat*, está disponível nos sistemas operacionais iOS, Android, Symbian e Windows e oferece texto, voz e vídeo em nove idiomas.

Os motivos pelos quais a *Tencent* escolheu entrar no mercado indiano são, além de servir aos desejos do governo pelo *Going Out* e a colaboração para a soberania tecnológica da China, o mercado da Internet na Índia está se desenvolvendo rapidamente de modo semelhante ao da China, se mostrando o segundo melhor mercado para esse setor no mundo. Portanto, é muito benéfico e lucrativo para a *Tencent* expandir-se na Índia e, mesmo que exista uma série de empresas envolvidas no mercado de mensagens instantâneas da Índia, a participação destas não é particularmente grande. Isso faz com que a *Tencent* veja a oportunidade de entrar no mercado indiano (FRANTZ; WU, 2012), já que 41% de sua população em usuários de Internet (International Telecommunication Union; World Telecommunication/ICT Indicators Database) e o crescimento registrado do total de usuários de internet da Índia foi de 20% em 2018 e 24% em 2019, mesmo com a queda no crescimento em 2020 para 8%, os novos usuários apresentaram maior frequência de uso da internet, de acordo com um estudo da IAMAI-Kantar ICUBE.

Com uma série de mega investimentos em quase todas as esferas do espaço tecnológico indiano, desde transporte e entrega de comida até educação e saúde. O primeiro grande investimento da *Tencent* na Índia foi de 400 milhões de dólares no aplicativo de transporte Ola. É interessante mencionar que esse investimento ocorreu durante Outubro de 2017, em um momento em que tanto Ola na Índia quanto “Didi Chuxing”, apoiado pela *Tencent* na China, estavam em uma competição acirrada com a empresa Uber¹⁵. Após esse investimento, a *Tencent* apostou US\$ 700 milhões na plataforma de e-commerce Flipkart, então a *startup* mais valiosa da Índia, isso foi o que tornou a *Tencent* a maior investidora chinesa na Índia. Com isso, a *Tencent* adquiriu um portfólio diversificado na Índia, tendo presença nos mais diversos setores importantes do país.

Quadro 3. Principais Investimentos da *Tencent* na Índia

¹⁵ LUNDEN, Ingrid. China's Didi Kuaidi Confirms Investment In India's Ola As Uber Rivalry Heats Up. Disponível em: <https://techcrunch.com/2015/09/27/chinas-didi-kuaidi-confirms-its-invested-in-indias-ola-as-uber-car-rivalry-heats-up/>

Empresa	Setor	Investimento (em dólares)
Swiggy	Serviços locais	1 bi
Flipkart	E-commerce	1,4 bi
Ola	Transporte	2 bi
ShareChat	Rede Social	200 milhões
Hike	Rede Social	175 milhões
Byju's	Educação	41,4 milhões
Dream11	Jogos	100 milhões
Gaana	Entretenimento	115 milhões
Practo	Saúde	145 milhões
Ibibo Group	Viagem	250 milhões
Voyager Innovations	Serviços Financeiros	215 milhões
Go-jek	Transporte	2,5 bi
Ookbee	Entretenimento	19 milhões
Sea (NYSE:SE)	Jogos; E-commerce (Garena e Shopee)	170 milhões

Fonte: Elaboração própria, a partir de Geromel (IT Orange, 2019)

Ananth Krishnan (2020) menciona alguns desses investimentos - desde uma arrecadação de fundos de US\$ 175 milhões para o Hike Messenger, a um investimento de US\$ 90 milhões em uma startup de saúde chamada Practo, seguida por outro investimento US\$55 milhões, na área de educação. Continuando suas rodadas de investimentos, *Tencent* investiu US\$ 40 milhões no aplicativo de aprendizagem Byju's, seguindo com US\$ 11,4 milhões em uma rodada de financiamento subsequente. A *Tencent* realizou um investimento no aplicativo de entregas no valor de US\$1 bilhão para a Swiggy, rival da Zomato (que também é da Alibaba, sua rival). Também investiu US\$ 100 milhões no Dream Fantasy, como parte dos planos relatados de gastar US\$ 200 milhões no espaço de jogos online na Índia, e liderou uma rodada de financiamento de US\$ 115 milhões no serviço de streaming de música Gaan, e por último, a *Tencent* também entrou no espaço de notícias com um investimento de US\$ 50 milhões para o aplicativo NewsDog (KRISHNAN, 2020).

Nesse contexto, nota-se que a expansão digital da China na Índia requer desafios a enfrentar. O primeiro é os Estados Unidos sobre as questões digitais que ainda influenciam todos os governos que seguem, desde Trump e permanece no governo Biden. Em 2022,

Biden sancionou uma lei que reforçou restrições dos EUA a empresas chinesas consideradas ameaças à segurança do país. As tensões nas relações econômicas e tecnológicas começaram a aumentar nesta década através da administração Trump, e que ainda não é possível afirmar se Biden manterá o mesmo nível de inflexibilidade de seu antecessor.

Com o confronto às empresas chinesas de tecnologia, que se tornaram centrais na guerra comercial entre os dois países, a tensão é se os EUA podem manter sua vantagem tecnológica sobre a China ou ceder a Pequim, ou se os EUA colocará mais pressão sobre a Índia, para manter a China fora do desenvolvimento 5G. A busca simultânea da Índia por boas relações com a China e os EUA se tornará mais difícil, constringendo suas decisões. As escolhas da Índia terão profundo impacto em seu setor de TI e telecomunicações, que evoluiu com dependência significativa do *hardware* chinês e conexões com o Vale do Silício no lado do *software* (MOHAN; JIA HAO, 2019).

Além disso, existe o desafio do poder da China ser limitado na sua vizinha, Índia. Sendo um dos principais objetivos da política externa indiana desde o início dos anos 2000, no que diz respeito à infraestrutura e conectividade, a Índia se opôs às iniciativas chinesas com base na soberania (Estrada do Caracórum, CPEC) ou competindo com os projetos chineses (construção de estradas no Nepal ou construção de portos no Sri Lanka).

Porém, mesmo com essas controvérsias nos projetos de infraestrutura chinesa, Nova Delhi parecia estar totalmente alheia à dinâmica digital e suas consequências para o Sul da Ásia, por conta de interesses comerciais das empresas de telecomunicações indianas, que se preparavam para um grande *boom* nos mercados indianos, fazendo a Índia ceder seu domínio digital para a China na região, gerando um avanço da cooperação entre os dois países.

4.2 A figura do empreendedor na APE Chinesa: Xi Jinping e Ma Huateng

Muito se fala sobre Xi Jinping na arena internacional, e para entender um pouco de suas atitudes, é necessário saber um pouco também de sua vida e personalidade. Nas décadas em que a China caminhava para se tornar uma superpotência mundial, Xi Jinping foi subindo de posição dentro do Partido Comunista Chinês até se tornar presidente da China.

Em seu mandato, a assertividade e o autoritarismo sempre estiveram presentes, com o lançamento de campanhas contra corrupção e liberdade de expressão. Filho de Xi Zhongxun, um dos fundadores do Partido Comunista, Xi chegou a morar em uma caverna e realizar trabalhos pesados nas lavouras, tentando também se tornar membro do partido chinês diversas vezes, mas era rejeitado por causa de seu pai. Por isso, hoje o presidente costuma

repetir que as ideias e qualidades que o definem foram formadas neste período de trabalho forçado, os amigos o definiam como extremamente pragmático, realista, focado em seus objetivos desde jovem, além de também ser um assíduo leitor, acompanhando todo o trabalho de Mao Tsé-tung, e segundo um fazendeiro da província onde Xi morava, o líder não tinha senso de humor, não jogava pôquer, não saía com outros jovens nem namorava¹⁶.

Quando foi finalmente aceito, em 1974, começou como secretário na província de Hebei e foi subindo até se tornar chefe do partido em Xangai, o centro financeiro da China, após possuir um cargo na principal instância de decisão do partido, o Comitê Permanente do Politburo, até ser escolhido como presidente em 2012. Atualmente - e como foco dessa pesquisa - o presidente quer que o país seja uma superpotência cibernética nos quesitos inovação e comércio, mas não está disposto a abrir mão do controle político da rede.

Diante da análise, podemos relacionar a atuação de Xi Jinping a partir do enquadramento do empreendedor político e Ma Huateng, como um indivíduo que move elementos teóricos da diplomacia corporativa no âmbito das relações bilaterais da China. O fato de a China ser referência em tecnologia e serviços de internet é resultado da política promovida pelo governo e pela figura de Xi Jinping. São comuns declarações do primeiro-ministro chinês no sentido de que “o empreendedorismo e a inovação em massa são um forte poder impulsionador do desenvolvimento”. O caso da empresa *Tencent* revela que os incentivos do governo chinês no seu projeto de inovação nativa, resultaram em desenvolvimento tecnológico, tanto com inovação no âmbito doméstico, quanto no exterior, passando a exportar tecnologia para diversos países, se tornando engajada em uma luta competitiva na qual a proeza tecnológica é crucial.

A restrição de conteúdo de mídia online pelo governo chinês restringiu a entrada das principais plataformas digitais ocidentais na China, como o eBay, Google, Twitter e Facebook, o que fez com que versões domésticas dessas plataformas se desenvolvessem e florescessem. Tanto a área urbana quanto a rural da China estão conectadas à tecnologia, passando pela esfera social, econômica, cultural e física, a China está cada dia mais digital, mesmo que em graus diferentes ao longo de sua grande extensão territorial.

Com isso, existem três marcas que dominam o mercado chinês nacional e também o internacional, são elas a Baidu, Alibaba e *Tencent* e seus líderes, Robin Li (Baidu), Jack Ma (Alibaba) e Ma Huateng (*Tencent*). Estes, têm sido valorizados como inovadores exemplares,

¹⁶ GRACIE, Carrie. Xi Jinping: de trabalho forçado no campo e vida em caverna a comando da superpotência chinesa. BBC China. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-41686096>

pois a ascensão dos mesmos do completo anonimato às alturas da fama e da fortuna os fizeram atingir os *status* de lendas na China (LEONG, 2018).

Todas essas empresas citadas se beneficiaram dessa política e alavancaram suas empresas aproveitando incentivos estatais. Tendo acumulado imensas fortunas através de seus feitos tecnológicos, desejos e demandas, os três CEOs obtiveram renome na China. Suas aparições na Conferência Mundial da Internet anual realizada em Wuzhen são endossos das políticas do estado chinês, desde sua Lei de Segurança Cibernética, até a inovação em massa, conforme prescrito pelo governo central como o caminho para a prosperidade econômica. Parte vendedor, parte embaixador e parte *apparatchik*¹⁷, Jack Ma, Robin Li e Ma Huateng são nada menos que profetas da inovação em massa na China (LEONG, 2018).

Ma Huateng co-fundou a *Tencent* em 1998, junto de Zhang Zhidong, Xu Chenye, Chen Yidan e Zeng Liqing¹⁸, após uma passagem pela China Motion Telecom Development Limited, uma empresa fornecedora de serviços e produtos na China. Diferente de seus companheiros empresários, Ma Huateng é respeitado por sua experiência em engenharia e conhecido por sua filantropia, já que a *Tencent* possui a *Tencent Charity Foundation*, que apresenta o compromisso da *Tencent* de apoiar instituições de caridade por meio da doação de uma parte dos lucros anuais.

A *Tencent* é conhecida internacionalmente como proprietária do aplicativo de mensagens instantâneas *WeChat* (como já comentado ao longo do trabalho) além do QQ, o primeiro aplicativo de mensagens instantâneas da *Tencent*, que ainda atrai 60% dos 731 milhões de usuários da China¹⁹. A gigante tech cresceu em um dos conglomerados de tecnologia mais valiosos do mundo, entre empresas de jogos, empresas de mídia social e empresas de capital de risco e investimento. Com seus principais negócios relacionados aos jogos digitais e serviços relacionados à Internet, como computação em nuvem e mídia social. A divisão de jogos da *Tencent*, a *Tencent Games*, foi lançada em 2003 com foco em jogos online, e atualmente, é a divisão mais valiosa de todas as divisões de videogame do mundo. A *Tencent* comprou a desenvolvedora americana de videogames Riot Games e seu mundialmente popular jogo, *League of Legends*, em 2011. Além disso, a empresa possui 40% da desenvolvedora do jogo, Epic Games, a qual é dona do *Battle Royale* Fortnite, como também possui participações menores em outros grandes desenvolvedores ocidentais, como

¹⁷ Membro da estrutura do Partido Comunista na antiga União Soviética, pessoa que trabalha de forma dedicada e acrítica para a estrutura de uma organização, geralmente um partido ou um governo

¹⁸ MELNIK, Jeffrey. China's "National Champions" Alibaba, Tencent, and Huawei. Disponível em: <https://www.asianstudies.org/wp-content/uploads/chinas-national-champions-alibaba-tencent-and-huawei.pdf>

¹⁹ QQ Statistics, User Counts, Facts & News (2022). Disponível em: <https://expandedramblings.com/index.php/qq-statistics/>

Activision Blizzard e Ubisoft. Somente com sua divisão de jogos em 2018, a *Tencent* faturou mais de US\$ 19 bilhões em receitas.²⁰

Além de ser uma das maiores empresas de jogos digitais do mundo, em 2011, a *Tencent* tem como sua plataforma de maior sucesso, o aplicativo móvel *WeChat*, uma plataforma de rede social multifuncional semelhante ao Facebook e, em 2018, o esse aplicativo apresentava mais de um bilhão de usuários ativos na China. O *WeChat* possui ampla funcionalidade, como mensagens, chamadas de vídeo e voz, compartilhamento de imagens e vídeos e momentos.

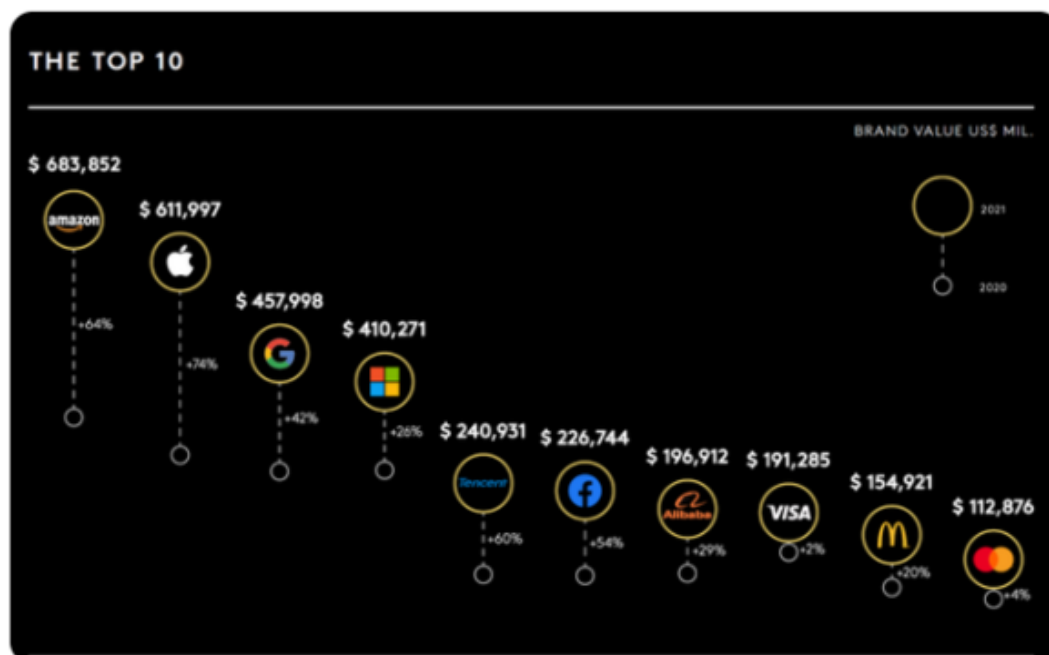
O aplicativo, no entanto, é muito mais do que apenas uma plataforma de mídia social e comunicação, e o uso do *WeChat* é tão importante na China que é difícil sobreviver na vida cotidiana sem usar a plataforma. Sua carteira digital e serviço de pagamento móvel, *WeChat Pay*, tinha mais de 600 milhões de usuários ativos em 2017, superando em muito o serviço concorrente do Alibaba, *AliPay*, e seus 450 milhões de usuários (MELNIK, 2019). Os usuários usam o *WeChat Pay* para pagar contas, encomendar mercadorias, transferir dinheiro, pagar compras em lojas e outros locais que tenham essa opção de pagamento, com isso os usuários também pedem comida em restaurantes, reservam viagens, fazem compras, lêem notícias, jogam videogame, compram ingressos de cinema e até lavam roupas, entre outras coisas, inteiramente dentro do aplicativo.

A *Tencent* possui uma variedade de investimentos, com porcentagem ou participação em mais de 600 empresas em imóveis, alimentos, automação, educação, agricultura e energia renovável, entre outros campos. Além de uma divisão de filmes, a *Tencent Pictures*, que investiu em franquias famosas e populares, como o filme da Mulher Maravilha de 2017, o *Venom* em 2018 e na sequência de *Top Gun* de 2022. Por meio de seus negócios e investimentos, a *Tencent* faturou mais de US \$45 bilhões em 2018 e, sendo atualmente a quinta marca mais valiosa do mundo²¹ (MELNIK, 2019).

²⁰ HANDRADAN, Matthew “Mobile Strength Pushed Tencent Past \$19bn Games Revenue in 2018,” Games Industry, 22 de Março de 2019. Disponível em: <https://www.gamesindustry.biz/articles/2019-03-22-mobile-strength-pushed-tencent-past-usd19bn-games-revenue-in-2018>

²¹ KANTAR, BrandZ Top 100 Most Valuable Global Brands. 2021. Disponível em: <https://www.rankingthebrands.com/The-Brand-Rankings.aspx?rankingID=6>.

Figura 1: Lista das marcas mais valiosas do mundo, com *Tencent* sendo a primeira chinesa, ocupando o 5º Lugar



Fonte: (KANTAR, 2021).

A visão declarada da *Tencent* é “tornar-se a empresa de Internet mais respeitada” e sua missão é “melhorar a qualidade de vida por meio de serviços de Internet”. Sua filosofia de negócios é igualmente sucinta – “as necessidades dos usuários são nossa primeira prioridade” – e seus valores são resumidos como “inovação + proatividade + colaboração + integridade” (LEONG, 2018).

Ma Huateng é membro do Congresso Popular Municipal de Shenzhen, ou seja, ele está diretamente ligado ao PCC, o que inclusive influencia a sua visão sobre a questão da censura online chinesa. O empresário também sugeriu a criação de uma espécie de “Vale do Silício” para tecnologia e inovação ligando Hong Kong e Macau com a região autônoma de Guangdong, base da *Tencent*, convocando uma cúpula com a participação de funcionários do governo, chefes de negócios e acadêmicos para discutir a transformação da área entre essas cidades, de forma a otimizar o trabalho de sua empresa.

“Michael Keane e Ying Chen veem os três, Robin Li, Jack Ma e Ma Huateng, como insiders-outsiders porque eles se beneficiam ao se identificar com um ethos liberal ocidental de sucesso individual, mas ao mesmo tempo eles são insiders porque são obrigados a adotar uma agenda nacional coletivista que clama por inovação em massa, na qual a revitalização da nação é o mais importante. (LEONG, 2018).”

Através dessa ideia da *Tencent* de impulsionar cidades inteligentes, o governo chinês investiu em iniciativas para que a empresa melhorasse a imagiologia médica da China (isso abrange tecnologias como ultrassonografia, raios-x, e medicina nuclear, sendo esse, inclusive,

um objetivo da OMS²²). Isso, inclusive, faz parte de uma movimentação recente do governo chinês, o qual nomeou suas melhores empresas de tecnologia para acelerar o país em direção ao domínio global de Inteligência Artificial. O Ministério da Ciência e Tecnologia da China identificou as gigantes locais Baidu, Alibaba e *Tencent*, como o primeiro grupo de empresas a formar uma “equipe nacional” para liderar o movimento de IA na China, com o objetivo final de ser líder global em IA até 2030²³.

Além disso, a mais importante função da *Tencent* para o PCC é a utilização de seus serviços para promover o *Great Firewall of China* (GFW), isso é, uma série de ações legislativas e tecnologias empregadas pelo governo chinês para monitorar e censurar a internet e bloquear o acesso a sites estrangeiros (MELNIK, 2019).

O *WeChat* é basicamente onipresente na China, e com isso, tornou-se uma ferramenta inestimável para o governo monitorar e censurar o conteúdo da população, em todos os lugares, e como possuem registrado um número de celular chinês, a sua atividade é censurada até mesmo fora da China. Para obter acesso a esses usuários chineses, empresas estrangeiras, universidades, etc., devem registrar contas em serviços como o *WeChat* na China e então ficam sujeitos às mesmas leis de censura dentro do país, e para obter acesso à enorme base de usuários desse aplicativo por meio das redes sociais, os sites chineses devem ter uma licença de provedor de conteúdo da Internet (ICP) fornecida pelo governo chinês.

“O *WeChat* emprega uma forma de censura codificada em que as palavras-chave nas mensagens acionam um bloqueio imediato e um aviso aos usuários. Um relatório do Citizen Lab, um grupo de pesquisa sediado na Universidade de Toronto, analisou especificamente como o *WeChat* censurou rapidamente mensagens relacionadas aos direitos humanos após a “Repressão 709”, onde em 9 de julho de 2015, o governo chinês prendeu 709 pessoas, advogados de direitos humanos sob a acusação de subverter o poder do Estado. O grupo descobriu que certas mensagens com palavras-chave como “China prende defensores dos direitos humanos” não seriam enviadas pelo *WeChat*, cujos servidores ficam de olho nessas palavras-chave e imediatamente as impedem de enviar. O relatório também descobriu que essas palavras-chave não são estáticas e que a *Tencent* adiciona rapidamente novas palavras-chave em resposta aos eventos de notícias atuais. A polícia usou as tecnologias da *Tencent* para monitorar multidões em eventos, e os jogadores na China agora devem verificar suas identidades com bancos de dados da polícia como parte de uma repressão ao que o governo chinês considera jogos excessivos entre os jovens. Um relatório recente descobriu uma página no site da *Tencent* divulgando seus serviços em nuvem como “padronizando e simplificando o trabalho de construção de grupos”. A página da web foi rapidamente removida quando a *Tencent* foi questionada sobre isso e substituída por uma página sobre como os serviços da *Tencent* podem ajudar os governos locais a gerenciar dados” (MELNIK, 2019).

²² WORLD HEALTH ORGANIZATION. Strengthening medical imaging. Disponível em: <https://www.who.int/activities/strengthening-medical-imaging>

²³ TRAPPE, Brian. AI IN CHINA - THE NEXT FRONTIER IN THE BATTLE FOR TECH DOMINANCE ?. Hong Kong: Axion Technology Headhunting. Disponível em: <https://www.axionsource.net/blog/the-latest-developments-in-mobility-on-the-ground-and-in-the-air-2-2>

O caso em tela corrobora a perspectiva de Morris e Schindeutte (2005) os quais sugerem que as atitudes empreendedoras da China na Índia se adaptam rapidamente às adversidades políticas e econômicas. Nota-se que o processo empreendedor inclui a manutenção ativa de um engajamento positivo com o governo, de modo a evitar perseguição política e moldar os indivíduos para o cenário competitivo acirrado do empreendedorismo, independentemente de suas oportunidades e conjuntos de habilidades. E para manter relacionamentos sólidos, eles devem estabelecer canais de feedback positivo, de forma a não colidir com a política ou as instituições do país.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a apresentação dos conceitos de empreendedorismo político e diplomacia corporativa, assim como projetos e estratégias de desenvolvimento da China que levaram o país a se expandir internacionalmente, pode-se compreender como esses processos projetaram sua soberania tecnológica, tornando-se referência em internet e tecnologia ao redor do globo. Observou-se que o impacto dos investimentos das corporações chinesas na Índia tem transbordamentos importantes para o desenvolvimento de um ecossistema de inovação no setor digital. Tal fator revelou-se crucial na ocasião do bloqueio dos aplicativos chineses, assim como a saída de empresas do país devido à eclosão da guerra. Na ocasião, além dos efeitos contracionistas na economia da Índia, a China também perderia, diante dos potenciais do mercado indiano.

Com o desenvolvimento interno tecnológico da China, as corporações chinesas passaram a se internacionalizar, passando a investir e importar serviços para outros países. O trabalho apresentou o caso da gigante tech *Tencent* na Índia. Observou-se, do lado do empreendedorismo político, que o governo chinês, impulsionado pela agenda de Xi Jinping, promoveu as empresas domésticas a se desenvolverem, alcançando patamares de autossuficiência tecnológica e passassem de receptoras e importadoras de tecnologia estrangeira para exemplo e referência mundial no mercado digital. A figura de empreendedor chinês de Xi Jinping também se mostrou ativa mais uma vez ao desenhar o propósito da China se tornar a líder em Inteligência Artificial, com incentivos às suas gigantes chinesas no desenvolvimento de direção autônoma, com o projeto de cidades inteligentes, visão computacional para diagnóstico médico e em inteligência de voz.

Do lado da diplomacia corporativa, esse processo projetou os CEOs de grandes chinesas a um patamar de relevância na agenda da política externa bilateral, além de *status* de lendas nos mercados internacionais, chegando a ocupar posições de líderes dentre as marcas mais valiosas nesse nicho de mercado. Além de contribuir com a estratégia chinesa em exportar tecnologia e alcançar uma soberania cibernética, os CEOs atuam como diplomatas corporativos, cumprindo objetivos e ordens de alta importância, como a censura do Partido Comunista da China sobre a população e o controle de dados da mesma e, até mesmo, ocupando cargos no governo nacional, em alguns casos.

Com a política da China de *Going Out*, a indústria cultural passou a ser considerada um mercado a se explorar pelas empresas, o que fez a *Tencent* crescer tanto no mercado de jogos online, e-commerce, filmes e outras mais, permitindo que Ma Huateng crescesse tanto

economicamente e ganhou notoriedade com sua marca que passou a ter uma cadeira no governo Chinês, podendo ser considerado um diplomata corporativo, influenciando no desenvolvimento de cidades inteligentes e tecnologia de alta qualidade tanto dentro de seu país quanto fora dele, investindo em *startups* por todo o mundo, gerando emprego e pesquisa e desenvolvimento.

Dessa forma, a *Tencent*, assim como outras empresas de tecnologia chinesa passaram de empresas privadas que visavam apenas o lucro para contribuir com os objetivos nacionais de Xi Jinping, coletando informações estratégicas e ações culturais tanto dentro da China quanto em outros países. Com isso, o mercado de internet indiano se desenvolveu com a expansão dessas gigantes chinesas em seu território, revelando a importância tanto do papel do empreendedor político (Xi Jinping), quanto dos diplomatas corporativos (Ma Huateng) em questão de política externa, na coordenação de objetivos, fazendo com que o poder econômico e tecnológico da China se refletisse também em seu poder político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS; CONSELHO EMPRESARIAL BRASIL-CHINA. **China: Direções Globais de Investimento**. Brasília, 2018.

ATHWAL, Amardeep. **China-India Relations: Contemporary dynamics**. New York: Taylor & Francis, 2007.

CHOI, Ahyoung. **How India-China investment tension affects India's economy**. Pequim: China Daily, 2021.

CORACINNI, Raphael. **Made in China: o país que virou a indústria do mundo**. São Paulo: Novarejo, 2019

FERREIRA, Marcos. **Análise de política externa em perspectiva atores, instituições e novos temas**. João Pessoa: Editora UFPB, 2020

FRENKEL, Stephen; KURUVILLA, Sarosh. **Logics of Action, Globalization, and Changing Employment Relations in China, India, Malaysia, and the Philippines**. Industrial and Labor Relations Review. Cornell University: Abril, 2002.

GEROMEL, Ricardo. **O Poder da China: O que você deve saber sobre o país que mais cresce em bilionários e unicórnios**. Edição 1. São Paulo: Editora Gente, 2019.

GOKHALE, Vijay. **The Road from Galwan: The Future of India-China Relations**. Carnegie Endowment for International Peace: March, 2021.

HERMANN, Margaret G. Hermann; Charles F. Hermann. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 4. (Dec., 1989), pp. 361-387.

INGRAM, Helen M; FIEDERLEIN, Suzanne L. **Traversing Boundaries: A Public Policy Approach to the Analysis of Foreign Policy**. *Western Political Quarterly*. University of Tennessee. United States: June, 1988.

IT ORANGE: Banco de Dados. Disponível em: <<https://itjuzi.com/>>. Acesso em: 21 de Nov. de 2021.

JAKOBSON, Linda; KNOX, Dean. **New Foreign Policy Actors in China**. Sipri Policy Paper: United States: September, 2010.

KANTAR: Banco de Dados. **Internet Adoption in India - ICUBE 2020**. Disponível em: <https://images.assettype.com/afaqs/2021-06/b9a3220f-ae2f-43db-a0b4-36a372b243c4/KANTAR_ICUBE_2020_Report_C1.pdf>. Acesso em: 22 de Nov. de 2021

KRISHNA, Ananth. **Following the Money: China Inc's Growing Stake in India-China Relations**. Bookings India Impact Series: New Delhi. Março, 2020.

KRASOVA, Elena. **R&D in China: the scale and specifics of the innovation process** La investigación científica en China: el alcance y los detalles del proceso de innovación. Caracas: Revista Espacio. Vol 40, 2019.

LEONG, Susan. **Prophets of Mass Innovation: The Gospel According to BAT**. Media Industries, Vol 5.1. Perth: Curtin University, 2018

LIU, Xielin; CHEN, Peng. **Is China's Indigenous Innovation Strategy Compatible with Globalization?**. Policy Studies, Vol 61. Honolulu: East-West Center, 2011

LUNDEN, Ingrid. **China's Didi Kuaidi Confirms Investment In India's Ola As Uber Rivalry Heats Up**. Disponível em: <https://techcrunch.com/2015/09/27/chinas-didi-kuaidi-confirms-its-invested-in-indias-ola-as-uber-car-rivalry-heats-up/>

MELNIK, Jeffrey. **China's "National Champions" Alibaba, Tencent, and Huawei**. Education About ASIA: Entrepreneurship in Asia, Volume 24, Number 2. Michigan: Association for Asian Studies, 2019.

MILAN, Marcelo; SANTOS, Leandro Teixeira dos. **Determinantes dos Investimentos Diretos Externos Chineses: Aspectos Econômicos e Geopolíticos**. Contexto Internacional (PUC): Rio de Janeiro. Dezembro, 2014.

MOFCOM - MINISTRY OF COMMERCE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA: Banco de Dados. Disponível em: <<http://english.mofcom.gov.cn/>> Acesso em: 21 de Nov. de 2021.

MOHAN, C. Raja; HAO, Chan Jia. **China's Digital Expansion and India**. ISAS Working Paper: Singapore, Institute of South Asian Studies National University of Singapore, Outubro, 2019.

MONTENEGRO, Renan. **OS DETERMINANTES MATERIAIS DA PARTICIPAÇÃO DA CHINA EM OPERAÇÕES DE PAZ NA ÁFRICA: o caso do Sudão do Sul**. 2019. Tese de Doutorado - Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 22/02/2019.

MORÓN, James Pérez; SALAS, Lina Marrugo; ACEVEDO, Verónica Tordecilla. **Unicorns Gallop Rampant Through China And India: Successes And Similarities**. Revista Mundo Asia Pacífico. Colombia: Junho, 2020.

NASH, Paul. **CHINA'S "GOING OUT" STRATEGY**. Diplomatic Courier: Toronto. 2012. Disponível em: <<https://www.diplomaticcourier.com/posts/china-s-going-out-strategy>>

SIMÕES, Alexander; LANDRY, Dave; HIDALGO, César. **The Observatory of Economic Complexity**. 2017. Nós somos a maior plataforma de visualização de dados de comércio exterior. Disponível em: < <https://legacy.oec.world/pt/> > . Acesso em: 21 de Nov. de 2021.

ROUSSET, Pierre. **A geopolítica da China: continuidades, inflexões e incertezas: Uma**

reconstrução das últimas movimentações da China no tabuleiro da política internacional. Revista Movimento. 10ª Edição. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://movimentorevista.com.br/2018/11/a-geopolitica-da-china-continuidades-inflexoes-e-incertezas/>>. Acesso em: 22 de Nov. de 2021

SALOMÓN, M.; PINHEIRO, L. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos.** Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40 – 59, 2013.

STONE, Diane; MOLONEY, Kim. **The Oxford Handbook of Global Policy and Transnational Administration.** Oxford University Press: United Kingdom. 2019.

UNCTAD. **World Investment Report 2018.** New York; Genebra: Investment and New Industrial Policies, 2018.

WHATLEY, Harlan D. **Chinese Internet Companies and Their Quest for Globalization.** International Conference on Information, Business and Education Technology. Zurich: Swiss Management Center, 2013.

YANG, Lu. **China-India Relations in the Contemporary World: Dynamics of national interest and identity.** New York: Taylor & Francis, 2017.

ZIMIN, Chen, et al. **The Sage Handbook of Diplomacy.** Los Angeles: SAGE, 2016.

ZHANG, Enyu; JAMES, Patrick. **Chinese Choices: A Polyheuristic Analysis of Foreign Policy Crises, 1950–1996.** Foreign Policy Analysis. Columbia: University of Missouri, 2005.